

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**Faculdade de Educação**

**A EDUCAÇÃO COMO IDEAL DE REFORMULAÇÃO SOCIAL  
NO GOVERNO VARGAS E O PAPEL DOS INSPETORES  
ESCOLARES COMO AGENTES DESTE PROCESSO NA CIDADE  
DE SANTO ANDRÉ/SP (1930-1945)**

Cátia Montes de Oca Farré

Texto apresentado à Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos do Pós Doutorado, em Educação, na área de concentração de Filosofia e História da Educação sob supervisão da Prof.<sup>a</sup> Ediógenes Aragão Santos

## *Agradecimentos*

*Deixo aqui expresso minha gratidão a Professora Ediógenes Aragão Santos que abriu possibilidade para que esta pesquisa se realizasse. A sua dedicação e paciência em me ouvir e crer que é possível realizar pesquisa neste país, mesmo privada dos meios necessários e acima de tudo confiar no potencial desta pesquisadora.*

*A Prof.<sup>a</sup> Cleide Bauab Eid Bochixio, Secretaria de Educação do Município de Santo André, que abriu as portas da EE João de Barros Pinto, e não deixou que a memória de muitos se evanescesse.*

*Ao meu amigo Prof. Dr. Wellington de Oliveira no trato de observações pertinentes e às vezes esquecidas ao longo da escrita.*

*A Prof.<sup>a</sup> Edna, Coordenadora Pedagógica da EE João de Barros Pinto, que me auxiliou na busca do acervo da escola.*

*Ao meu querido companheiro Luiz, nestes últimos momentos, por estimular e me fazer crer nos meus passos.*

*A minha amiga, Prof.<sup>a</sup> Eli, que participou desta jornada e nas horas de desalento me fez acreditar ser admissível a viabilidade do trabalho.*

*A todos,*

*Muito obrigado.*

## RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade tratar do papel preponderante dos Inspectores Escolares como agentes formadores no processo nacionalizador da política varguista no período de 1930/45 na cidade de Santo André, tendo como objeto de estudo a EE João de Barros Pinto, lotada num bairro fabril.

**Palavras-Chave:** Inspectores Escolares, nacionalização, doutrinação

## ABSTRACT

The present work aims to address the important role of school inspector's trainers as agents in the process of nationalizing politics during the period 1930/45 Vargas in Santo André, with the object of study the EE Barros Pinto, in a neighborhood crowded factory.

**Key-words:** School Inspectors, nationalization, indoctrination

## ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. ESCOLA E FÁBRICA: Inspectores escolares - agentes de doutrinação (1930/45) na cidade de Santo André.....	6
2.1 Uma escola para uma Vila chamada Metalúrgica.....	6
3.POLITICA EDUCACIONAL NACIONALIZADORA E A ESCOLA NOVA.....	15
4.ANÍSIO TEIXEIRA E OS INTELLECTUAIS NA POPULARIZAÇÃO DO ENSINO.....	25
4.1.Lourenço Filho: idéias de mensuração analítica aplicada à Educação.....	28
4.2Arthur Ramos: corpos limpos e doutrinados.....	30
5. A INSPEÇÃO ESCOLAR COMO FORMA DE 'SUPERVISIONAR'.....	37
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	62
7. REFERÊNCIAS .....	645

# ***EDUCAÇÃO COMO IDEAL DE REFORMULAÇÃO SOCIAL NO GOVERNO VARGAS E O PAPEL DOS INSPETORES ESCOLARES COMO AGENTES DESTE PROCESSO NA CIDADE DE SANTO ANDRÉ/SP (1930-1945)***

*Cátia Montes de Oca Farré*

## **1 INTRODUÇÃO**

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a concepção educacional do governo Vargas (1930-1950), tomando como pressuposto os ideários criados na visão nacionalista do período. Com base nas mudanças implementadas pelo governo Vargas no âmbito educacional analisar-se-á o nacionalismo iniciado pelo Estado nos anos 30 a 45 e os agentes que fomentaram e legitimaram as políticas públicas nacionalistas voltadas para a educação elementar, especificamente os inspetores escolares.

Desta maneira, privilegiar-se-á como objeto de análise a atuação dos inspetores escolares no campo educacional paulista, no período 30/45 e as implicações e conseqüências das praticas educacionais desenvolvidas no Grupo Escolar da Vila Metalúrgica, atualmente EE João de Barros Pinto, inserida na Vila Metalúrgica no município de Santo André, no Estado de São Paulo. Tomou-se como objeto de estudo tal unidade escolar, pela mesma ter sido criada num bairro fabril, com o fito de atender aos filhos dos operariados da localidade em questão, operários estes, politicamente ligados as idéias comunistas de Luis Carlos Prestes e na origem oriunda em grande parcela de outros países.

Usar-se-á como elemento material de estudo o Livro Termo de Visita contendo os termos de visita dos inspetores escolares desta unidade escolar (1936/55) e os livros de matrícula dos alunos (1935/39 classificados por gênero, local de origem, data de nascimento, séries que estavam matriculados, profissão dos pais, local de nascimento dos pais e resultado final de promoção ou retenção), analisando os resultados desta educação nacionalizadora dentro do período proposto.

Delinear-se-á primeiramente a política social e econômica da região para inserir-se o leitor na temática, da sociedade capitalista e sua fase monopólica, originando bases de sustentação e condições do alicerce das aspirações nacionalizador do governo Vargas. Para tanto, são apresentadas as principais mudanças introduzidas e desenvolvidas pelo Estado, com a finalidade de pôr em prática um ensino público de melhor qualidade e de integração nacional.

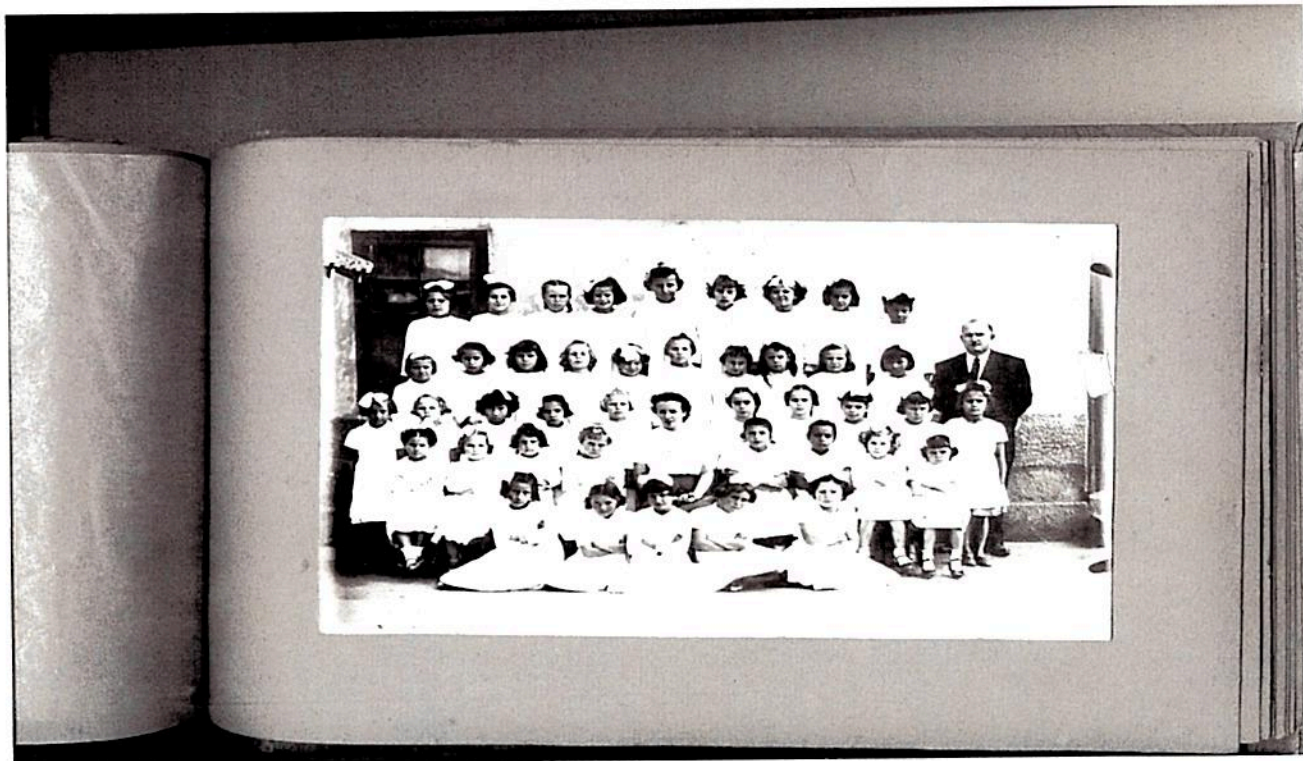
Esta temática de estudo pretende contribuir para elucidar a função desempenhada pelo Inspetor Escolar enquanto agente do Estado na construção de uma educação nacionalizadora e, como seu desempenho contribuiu no alicerce do projeto nacional do período Vargas no Brasil, estimulando no presente o ideário existente do “Supervisor de Ensino” na Rede de Ensino Estadual Paulista, como agente repressor e “inspetor” dos atos escolares quanto no desempenho dos alunos, “temido” em suas visitas as unidades escolares, como aquele que irá descortinar o que não pode ser revelado aos olhos da comunidade externa a escola – a escola oficial e os atos oficiosos. O Supervisor de Ensino atual é o mesmo agente do Estado, cujo título de Inspetor Escolar alterou-se e a função também, mas manteve o estigma de inspetoria enquanto elemento punitivo ao longo do processo educacional.

Ao longo do trabalho, além de inserir-se o momento histórico, a visão dos escolanovistas, procura-se mapear através do uso de tabelas, a clientela existente na escola aqui estudada, assim como, verificar através da escrituração dos termos de visita o intuito do ideal de educação daquele momento social do país.

Espera-se demonstrar assim, que a leitura de uma unidade escolar, não se aplica apenas a descrever na atualidade sua clientela, seu entorno, e os resultados finais de aprovação ou retenção de seu alunado. O momento histórico no qual esta escola nasceu, a finalidade da sua criação, a clientela a qual estava destinada, além do papel dos agentes escolares, sejam professores, diretores ou inspetores escolares, tiveram contribuição para que esta escola, assim como seu produto final - o aluno, seja resultado do que ele irá ser ou tornar-se, na sociedade em que se insere. Uma escola não se faz apenas pelo ato administrativo daquele que gesta a escola, uma escola como um ser, tem vida. Demonstrar esta vida é o papel de quem analisa a vida destas escolas.

A Escola Mista de Utinga, posteriormente chamada de EE João de Barros Pinto, teve uma vida ativa no seu nascedouro, alterou-se ao longo da sua história, assim como, os alunos que a freqüentaram, hoje ela é uma escola municipalizada, tem seu acervo diluído, relegado,

perdido. A maior contribuição deste trabalho não é apenas estudar um processo histórico de formação, mas sim resgatar a memória desta escola. É dizer que ela tem um legado, que como muitas outras escolas estão se esvaindo ao longo dos anos, diluindo nas memórias que se esgarçam. Enquanto a memória não se perde, escreve-se aqui, tentando perpetuar a história de muitos que se mesclam na própria trajetória<sup>1</sup>.



1945 – Álbum de fotografias de aluna da EE João de Barros Filho

### Turma Feminina

---

<sup>1</sup> Durante cinco anos (2000/05) fui diretora da EE João de Barros Pinto. Ingressei como diretora de uma escola, que possuía um anfiteatro para 250 pessoas, com um pé direito alto, acolhedora, com uma comunidade carente, aonde os alunos no mês de julho a início de setembro, sumiam. Eram retirantes nordestinos, ciganos que por motivos familiares deixavam a escola, e depois voltavam.

Aprendi a ensinar as crianças a escovar dentes, cortar unhas e mandar tomar banho quando chegavam com as roupas sujas ou urinadas, por falta de água. Aprendi a ver criança tremer com fome e alimentar. Aprendi que criança doente, às vezes na escola é mais bem tratada. Mas também descobri que a EE João de Barros tinha uma longa história. Que livros do acervo Morto, guardavam a vida da escola, que os móveis tinham uma história de uma época de brilho. Uma vida a ser contada.



## 2 ESCOLA E FÁBRICA: INSPETORES ESCOLARES - AGENTES DE DOCTRINAÇÃO (1930/45) NA CIDADE DE SANTO ANDRÉ

### 2.1 Uma escola para uma Vila chamada Metalúrgica

*“Uma pequena formiga em seu mundinho do formigueiro soube que lá adiante moravam homens e que estes homens residiam numa coisa chamada “vila”. Mas o que era uma vila indagou-se a formiguinha? Sonhou com aquilo e resolveu empreender uma viagem com o intuito de saber.*

*Andou, que andou, dias com sol a pino, dias com chuva. Úmida, faminta e cansada, um dia chegou à propalada “vila”. Ao chegar ao local, homens e mulheres, crianças e velhos, corriam na labuta do dia a dia e a formiga descobriu que a “vila” parecia com seu formigueiro, mas gradualmente a formiguinha notou que a vila era apenas uma célula minúscula de um universo maior.*

*Que a vila esta inserida dentro de um bairro, que era a extensão de uma vila com outras vilas, e que as vilas se uniam em bairros gerando cidades. Mas as cidades por sua vez se uniam também, mesmo separadas por rios e florestas formando o que confundiu mais ainda a pequena formiguinha – uma coisa chamado “Estado”. O que era confuso para este pequeno ser, é que mesmo sem um lugar determinado, o chamado Estado, tinha um homem que o governava, e este homem mandava mais que os outros homens, mas também havia outros que estavam acima dele. Mas a formiguinha, confusa em meio a tantos mandatários, descobriu que na verdade, quem tinha Poder, era pequeno homem que residia na vila, pois dele provinha o sustento feito com seu trabalho em conjunto com os demais e este poder, gerava o poder daqueles que os representavam. Os pequenos homens da vila, operários, agricultores, donos de pequenos espaços de produção, eram a base, pois se decidissem podiam parar a produção e assim, parar vilas, cidades e até mesmo o que muitos chamavam de país. A vila tão pequena era assim o núcleo de tudo. Contenta com suas descobertas, a esperta formiguinha, resolveu que “seu” formigueiro era o seu lugar e resolveu que lá, no seu mundo, ela era tão importante como o operário daquela “Vila”, que produzia vida para todos<sup>2</sup>.”*

---

2 Autoria própria.

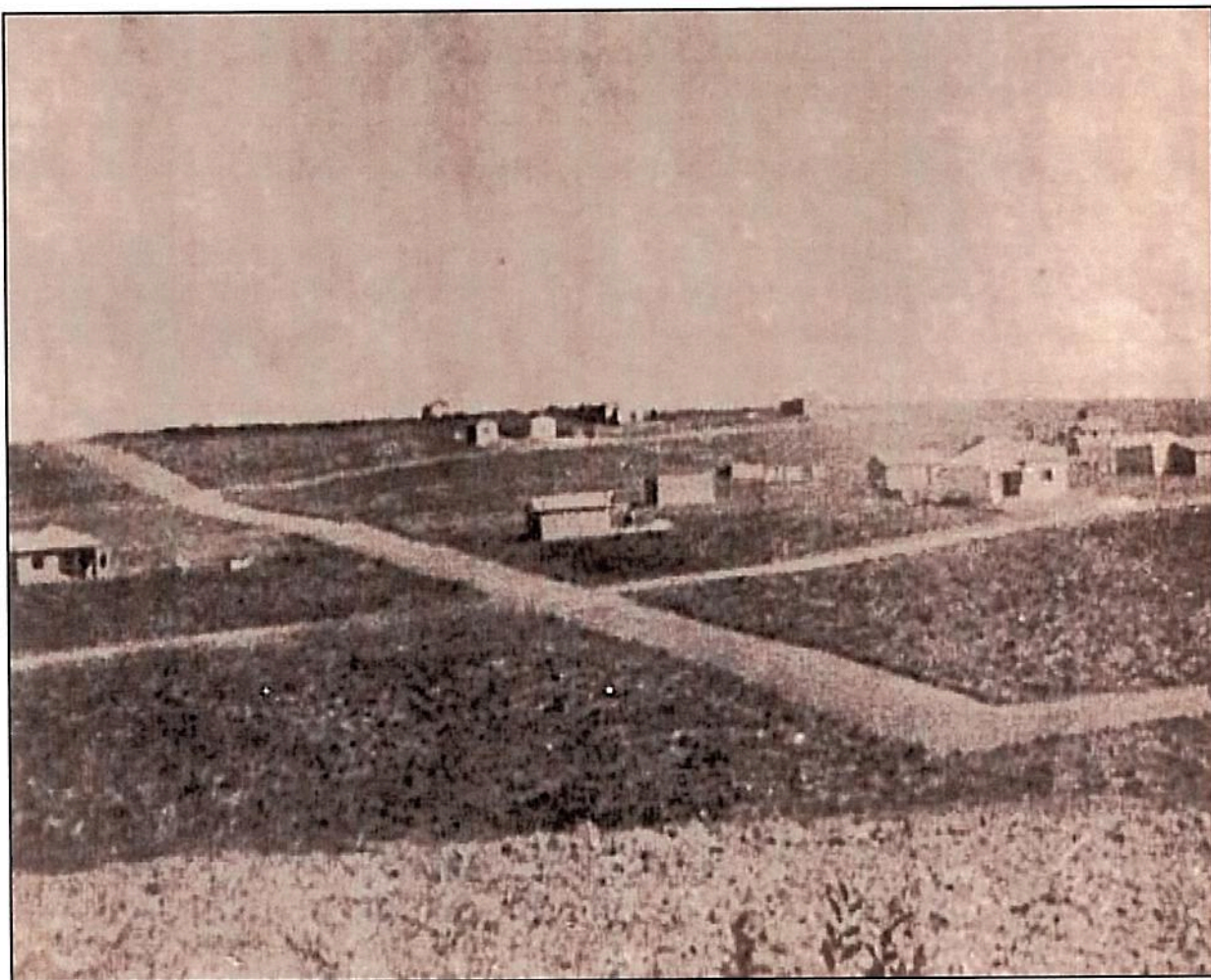
Utilizando esta pequena “historinha infantil” como ponto de trajetória, se pode ilustrar o poder que os operários do ABCD descobriram ao longo de sua trajetória. Embora muitos acreditem que a região desenvolveu sua base sindicalista no decorrer das décadas de 1970/80, a região que congrega fábricas e gerou capital ao longo de sua existência, vem desde a década de 20/30 gerando atividades sindicalistas que culminaram nos movimentos da referida luta que paralisou o ABCD nas greves sindicais das montadoras de automóveis no período das greves que desencadearam a ruptura da ditadura militar.

Muitos bairros da região do ABCD foram fruto de mutirão de sua população, outros levam nomes cuja origem lembra os movimentos operários, como Vila Metalúrgica, no bairro de Utinga em Santo André, ou Vila Socialista em Diadema.

Oficialmente chamada de Vila Metalúrgica, a região sempre foi tratada como Utinga, por causa da estação ferroviária implantada em 1933, pela Estrada de ferro Raylaw, enquanto outro bairro conhecido como Vila Sem Reboque, por causa da falta de acabamento de suas casas, construídas por migrantes do interior de São Paulo e mesmo de outras regiões, que chegavam por aquelas paragens, os dois bairros tiveram muito em comum. A luta e os movimentos de mutirão construíram casas, mas também desencadearam lutas trabalhistas.



**1940- Operários em procissão Católica no bairro**



**1935 - Loteamento do bairro de Utinga**

A região nascia assim, com forte traço proletário, sempre comemorando ao longo da década de 20, o aniversário de Luiz Carlos Prestes, em meio a foguetórios e rojões. O sindicalismo comunista marcava a região que dividia numa mesma rua, as procissões católicas e o sindicato operário. Organizados em tornos das primeiras sociedades amigos de bairro, como o Clube Elite Utinga, a área ganhava loteamentos, onde grandes espaços eram deixados pelos loteadores para a entrada de indústrias na região. Estas indústrias foram a Alcan, Laminação Nacional de Metais, Quimbrasil, Brasilit, Coral e a Swift, em torno da qual se estruturam a Vila Operária e a Vila Splendor, ou posteriormente chamada Camilópolis.

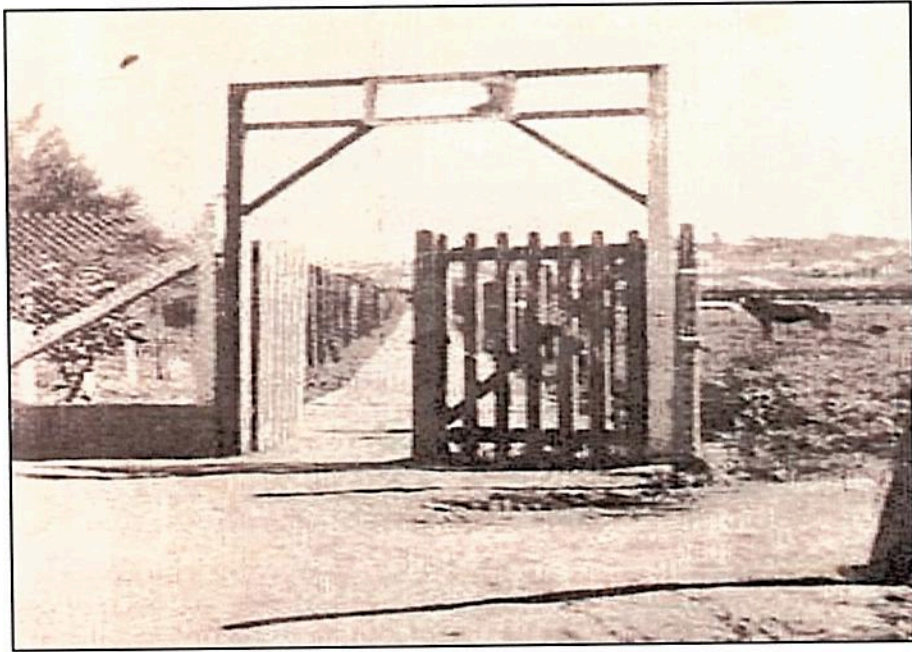


### 1930- Fábrica da Rhodiaceta em construção

Com mão-de-obra farta estes bairros traçaram um perfil proletário, onde as fábricas determinavam as raízes, motivando uma região assentada entre o Rio Tamandateí e a Avenida dos Estados. Os limites da ferrovia levavam Santo André ao encontro de São Paulo.

A entrada da Rhodia Química em Santo André em 1919, e na mesma década a criação do matadouro da família Martinelli, novos focos de urbanização ao longo da margem do rio e dos trilhos a urbanização será maior a partir dos anos 20. No centro do distrito de Utinga, implanta-se a primeira escola, a primeira igreja. Chegavam à luz elétrica e a jardineira dos anos 20 e 30, e os correios nos anos 40.

Os problemas de alagamento, pela própria estrutura da região – uma várzea nas proximidades do rio Tamanduateí com poucas condições de transporte transformaram os lotes em áreas difíceis de vender, em virtude disto, os primeiros moradores estrangeiros chegavam à região, eram húngaros, lituanos, eslavos que com a crise do café de 1929 começaram a migrar do interior do estado de São Paulo para a área metropolitana. Casas eram construídas para ferroviários, guardas civis e operários. Só na década de 50, a cidade iria deixar os trilhos e o leito do rio, num processo de urbanização crescente.



**1940 – Parada Prefeito Saladino – Estação de trem na proximidade da região de Utinga**





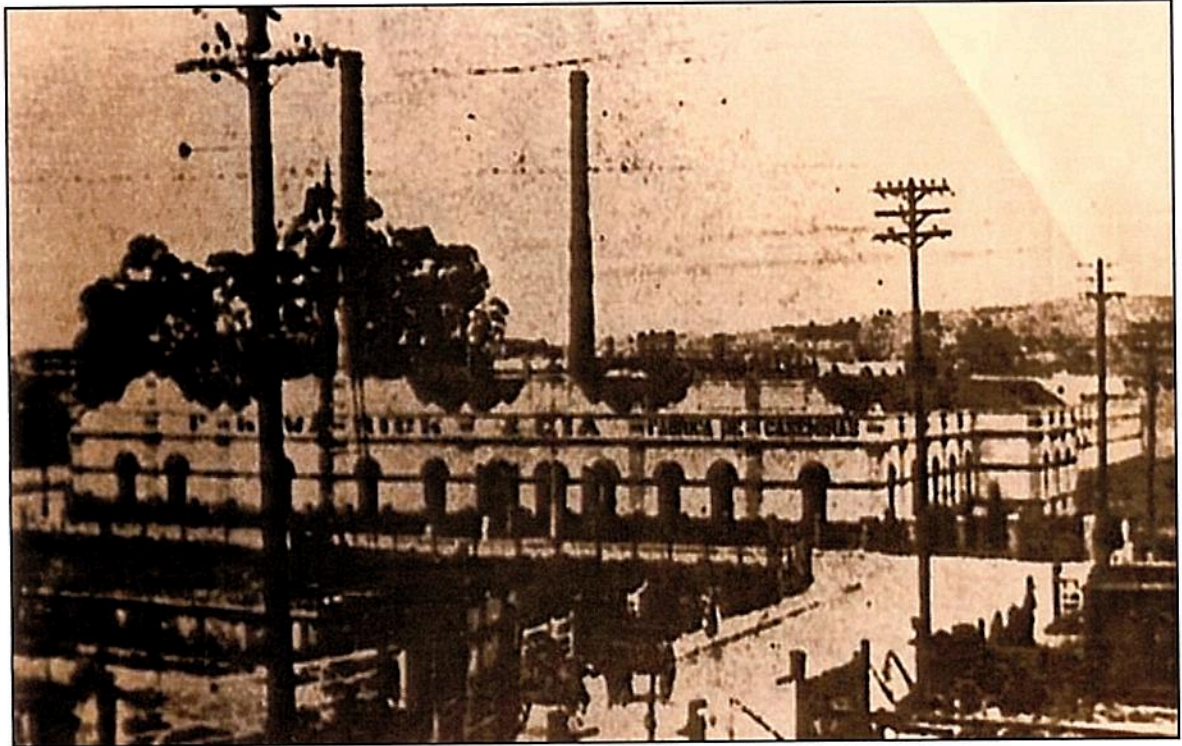
### **1945 - Vista parcial da cidade de Santo André**

Assim no meio de braços operários, a região de Utinga, loteada gradualmente cresceu em redor do frigorífico da Swift, que utilizava o trem como meio de receber e escoar a produção. Com o intuito de atender as famílias que passaram a viver no local, criou-se em 1933 uma pequena escola de madeira, que recebia os filhos dos operários locais. Inicialmente a escola, tinha um quadro de alunos do primário, posteriormente do ginásio. Era chamada de Grupo Escolar Amaral Wagner.

Porém, a ampliação da população gerava a necessidade de ampliar os espaços de uso e a escola aumentava sua demanda, novo prospecto foi elaborado para construir uma nova sede mais ampla. Desta maneira em 1936, o novo prédio fica pronto e é inaugurado, atendendo a uma clientela que variava desde filhos de oleiros até operários de indústrias próximas.

A escola crescia assim, tendo como pressuposto tornar os habitantes daquela região pessoas integrados ao país, pois muitos dos seus alunos eram filhos destes operários imigrantes das mais variadas origens, italianos, espanhóis etc. Atesta-se a isso, os livros de

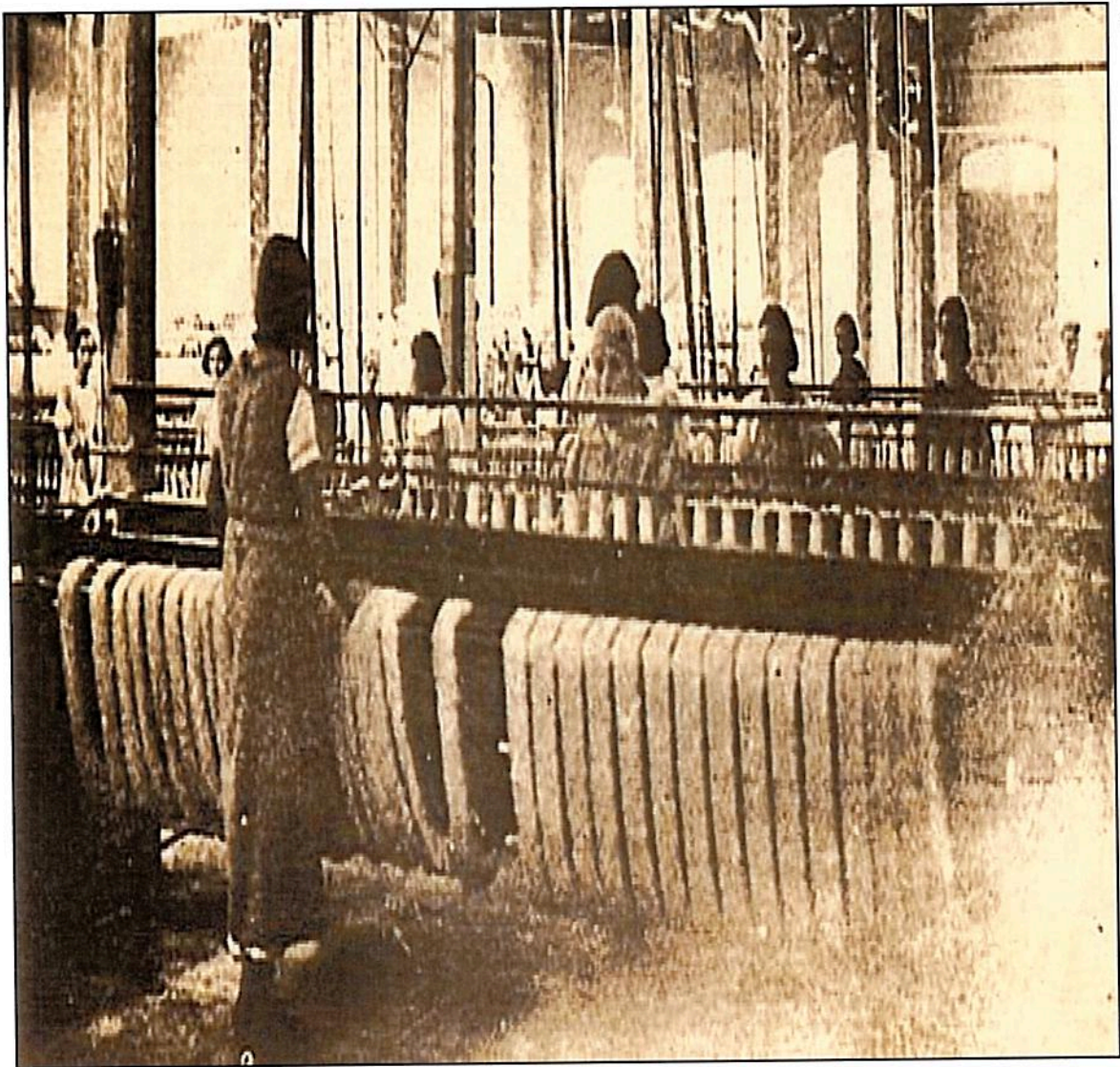
matriculadas da época, onde se registrava desde a procedência regional dos pais, quanto à profissão dos mesmos.



1937 - Fábrica Kowarick & Companhia



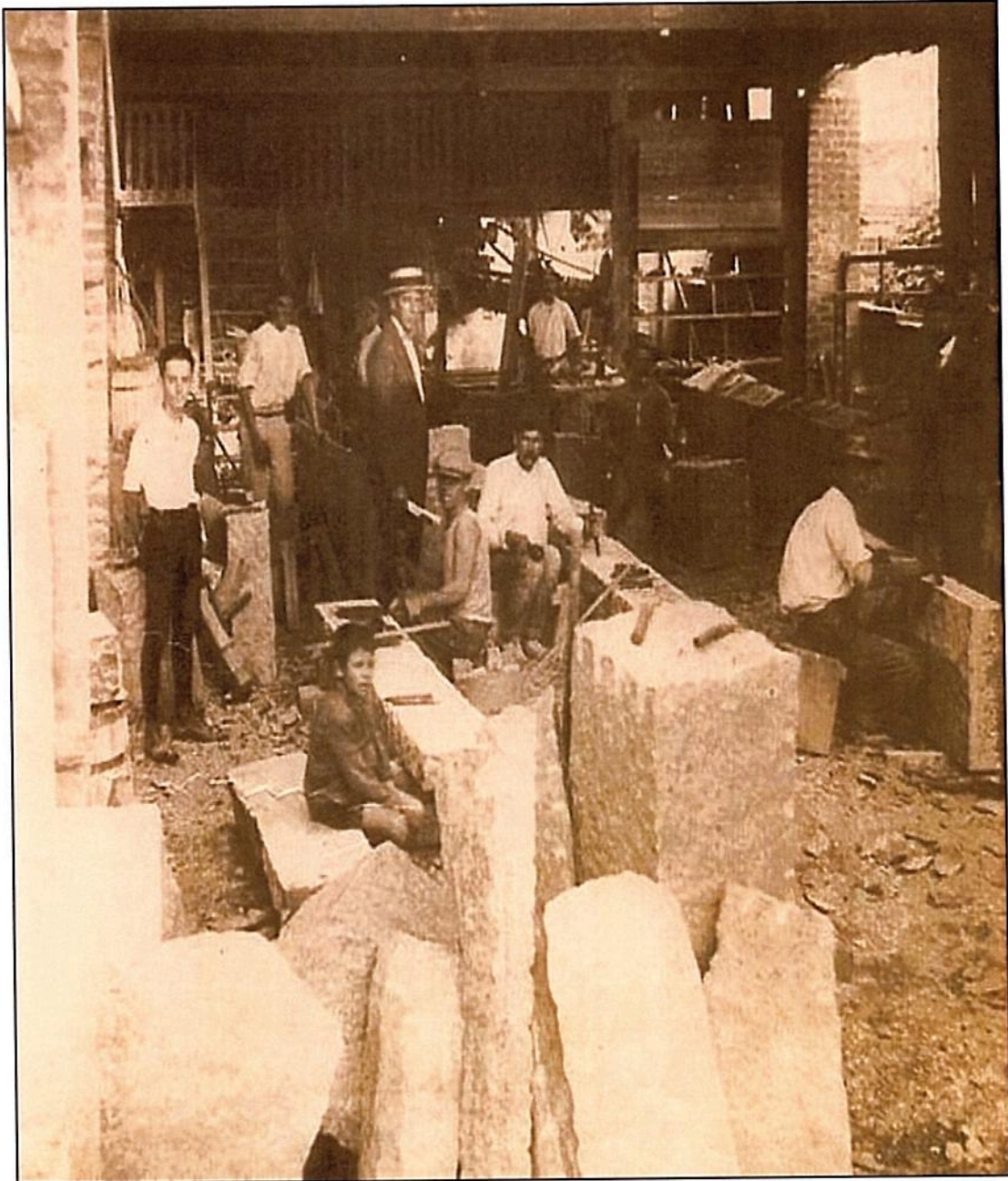
1945 – Região Fabril de Santo André



**1937 - Tecelagem Santo André**

Fiação da tecelagem Santo André, de Alfredo Flaquer & Cia, fundada em 1908, produtora de colchas e cobertores de algodão.





1920 - Interior de uma oficina de Cantaria

### 3 POLÍTICA EDUCACIONAL NACIONALIZADORA E A ESCOLA NOVA

As mudanças educacionais ocorridas no Governo Vargas, período compreendido entre 1930-45, marcaram o abandono de uma era do mais absoluto desamparo a Educação no país, pela busca de um novo padrão pautado nas transformações mundiais – o escolanovismo. Porém, diante de um governo cuja característica principal, será a prática de uma política populista e, posteriormente a ditadura do Estado Novo (1937-45), o modelo criado de ensino, tornou-se autoritário e disciplinador.

Segundo Garcia, a “orientação dominante até 1930 contempla uma visão cultural que admite a oligarquia como grupo político expressivo e uma educação altamente seletiva para atender às necessidades decorrentes dessa orientação política?”

O fim da República Velha, da economia cafeeira, assinalada pelo clientelismo dos coronéis, gerou no espírito dos intelectuais, educadores e todos aqueles que aspiravam por transformações, uma visão de modernidade e democracia. Porém na leitura de Garcia, está alteração política de sistema governamental, não gerou condições para mudanças efetivas no modelo educacional que se pretendia instalar, pois a visão conservadora do modelo patriarcal irá manter-se moldado nas matrizes existentes.

Assim considera Garcia<sup>4</sup> a submissão destes padrões culturais impostos, irá encontrar na classe média o esteio da manutenção desta visão conservadora, e a exaltação de valores das normas de formação geral e cultura técnica estão presente nas propostas no campo educacional impulsionadas por Anísio Teixeira e dos pioneiros do Manifesto de 32, tanto de um lado (católicos) como do outro – os ditos pioneiros da escola nova. Ao oferecerem perspectivas novas e alento as reformas almeçadas, estes modelos eram normativos, e objetivam atender as demandas de abertura econômica que ocorriam no país. Porém, com a crise mundial da II Guerra, os modelos totalitários implantados na Europa induziram Vargas a optar por uma educação ideologizante, de características autoritárias, fornecendo o modelo ideal, para o novo país que desejava construir – um país onde o Estado reinava soberano na figura de seu representante.

---

3 GARCIA, Walter E. - Legislação e inovação a partir de 1930 In Inovação Educacional no Brasil – problemas e perspectivas, Ed.Cortez , SP, 1989, p.209.

4 Idem, p.212

O liberalismo econômico perdia assim terreno num mundo que temia a recessão e a fome, principalmente, após a crise da economia americana de 29.

Segundo Hobsbawm<sup>5</sup>, estas alterações serão marcadas pelo medo da influência do fascismo e do nazismo na América Latina, embora estas ingerências fossem abertas e reconhecidas, “tanto em políticos individuais, como Jorge Eliezer Gaitán da Colômbia (1898-1948) e Juan Domingo Perón da Argentina (1895-1974), quanto em regimes, como o Estado Novo de Getúlio Vargas, de 1937 a 1945, no Brasil<sup>6</sup>”. Para ele o medo americano do cerco nazista foi infundado, pois seu efeito foi mais intenso nos países, internamente. Na sua visão, “o que os líderes latino-americanos tomaram do fascismo europeu foi a sua deificação de líderes populistas com fama de agir. Mas as massas que eles queriam mobilizar, e se viram mobilizando, não eram as que temiam pelo que poderiam perder, mas sim as que nada tinham a perder.”

O imperialismo americano e as ambições do pan-americanismo tinham como instrumento resguardar a América Latina dos movimentos totalitários europeus. Contudo, o que os líderes latinos adotaram como exemplo do totalitarismo europeu, foi o modelo de controle da classe trabalhadora urbana, retirando dela seu apoio político e a deificação de liderança, gerando um “populismo” apoiado num primeiro momento nas classes proletárias e, num segundo estágio flertando com a burguesia industrial.

Os resquícios da antiga política oligárquica<sup>7</sup> haviam ficado para trás, mas suas lembranças de prática dual no poder podiam ser vistas na tradução do jogo entre o proletariado e Estado e a manutenção deste, respaldado na elite burguesa e na Igreja Católica.

Outro dado a ressaltar tange ao processo de urbanização-industrial que o país iria sofrer, alterando as estruturas de poder e a necessidade das mudanças que este processo iria causar, no intuito de gerar melhorias na Educação. Assim, em 1930 é criado o Ministério da Educação e Saúde, fundindo várias instituições de ensino que atuavam isoladas, criando-se o

---

5 Id., p. 140

6 Ibidem, 1994, p. 136-137.

7 Segundo GARCIA, W. In Legislação e inovação educacional a partir de 1930, PP. 209 a oligarquia no período de 30 tem uma visão cultural e educacional extremamente seletiva com o intuito de atender as orientações políticas. A fazenda modela a sociedade onde a figura patriarcal determina vontades e rumos da história, criando um modelo tanto social como político onde o poder “pater familias” irá estruturar a autoridade e a estrutura nuclear de família. Este modelo se estenderá a sociedade e conseqüentemente as instituições sociais, mesmo posteriormente com o final da economia cafeeira, gerando uma visão conservadora de estrutura social.

8 Idem PP. 212

ensino superior e o sistema nacional de ensino, até então inexistente. Mesmo diante deste quadro de alterações políticas e econômicas, a visão conservadora de educação se permeia na legislação que irá gerar mudanças educacionais, como a reforma do ensino secundário (1931) Francisco Campos, a Reforma Capanema que dará um cunho elitista ao secundário, sendo que só em 1953 com a Lei n. 1.821 o ensino profissionalizante poderá ser equiparado ao chamado ensino secundário.

Garcia discute as mudanças educacionais no período avaliando que a propagada visão libertária de educação de Anísio Teixeira, limitou-se a uma fração menor da camada populacional e os cursos profissionalizantes institucionalizaram a “separação real entre escola popular e escola de elite”<sup>9</sup>

A escola popular, voltada para o ensino profissionalizante irá encontrar no IDORT – Instituto de Organização Racional do Trabalho, criado em 1931, condições para difundir os ensinamentos e fomentar uma mentalidade racional do trabalho como meio de formar técnicos em organização científica do trabalho. O papel do Idort, foi preponderante neste campo, estimulando uma visão científica e racional do trabalho, moldando não apenas o elemento do trabalho e sim a própria sociedade a uma nova estrutura industrial. Conceição, analisa o trabalho do IDORT, demonstrando que esta reelaboração psico-social irá desencadear um período extenso entre 1930 e 40, onde os intelectuais estimularam uma educação ‘idortiana’ voltada para princípios vocacionais, na elaboração do Código de Educação de 1933 e na realização da Jornada de Educação, a partir de 1944.

“Não se trataria de uma educação qualquer, deveria ser baseada em: princípios científicos; aspectos morais e de organização social, respeitando entidades constituídas e crenças; rejeição à empiria; comprovação de eficiência, por meio da organização racional, cuja finalidade seria produzir mais e melhor, no menor tempo possível”<sup>10</sup>

---

9 *Ibidem*, PP.214. O Decreto-Lei n. 4.073 de 30.01.1942 estabelece a lei orgânica do ensino industrial, assim como as leis orgânicas do ensino comercial, do ensino industrial e do ensino agrícola, voltando a uma nova ordem econômica que necessita de mão de obra nacional e dando espaço a uma camada que não ascenderia socialmente. Desta maneira a escola se bifurca em dois ramos – a escola para formação humanística (ensino secundário) e de formação para o trabalho. O controle desta mão de obra irá se consolidar com a criação do Senai – 1942 e do Senac, 1946, além do Idort.

10 CONCEIÇÃO, Marcelo Rodrigues. A Educação nas ações e proposições do Instituto de Organização Racional do Trabalho (1932-1946). Dissertação de mestrado. PUC-SP, São Paulo, 2005.

Em 1934 a Constituição Federal desenvolveria um Plano Nacional de Educação com a finalidade de supervisionar as atividades educacionais em todos os níveis de escolarização e, estipulando cotas fixas para a Federação, os Estados e os Municípios, constituindo ainda a gratuidade do ensino, sendo o ensino primário obrigatório, mas mantendo o ensino religioso, mesmo que optativo. O ensino médio, contudo ainda conservava-se quase exclusivamente em escolas privadas, e ao alcance de poucos. Segue abaixo o capítulo II da Constituição de 1934, que trata da questão educacional e da cultura:

## CAPÍTULO II

### *Da Educação e da Cultura*

Art 148 - Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual.

Art 149 - A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana.

Art 150 - Compete à União:

- a) fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País;
- b) determinar as condições de reconhecimento oficial dos estabelecimentos de ensino secundário e complementar deste e dos institutos de ensino superior, exercendo sobre eles a necessária fiscalização;
- c) organizar e manter, nos Territórios, sistemas educativos apropriados aos mesmos;
- d) manter no Distrito Federal ensino secundário e complementar deste, superior e universitário;
- e) exercer ação supletiva, onde se faça necessária, por deficiência de iniciativa ou de recursos e estimular a obra educativa em todo o País, por meio de estudos, inquéritos, demonstrações e subvenções.

Parágrafo único - O plano nacional de educação constante de lei federal, nos termos dos arts. 5º, nº XIV, e 39, nº 8, letras *a* e *e*, só se poderá renovar em prazos determinados, e obedecerá às seguintes normas:

- a) ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos;

- b) tendência à gratuidade do ensino educativo ulterior ao primário, a fim de o tornar mais acessível;
- c) liberdade de ensino em todos os graus e ramos, observadas as prescrições da legislação federal e da estadual;
- d) ensino, nos estabelecimentos particulares, ministrado no idioma pátrio, salvo o de línguas estrangeiras;
- e) limitação da matrícula à capacidade didática do estabelecimento e seleção por meio de provas de inteligência e aproveitamento, ou por processos objetivos apropriados à finalidade do curso;
- f) reconhecimento dos estabelecimentos particulares de ensino somente quando assegurarem a seus professores a estabilidade, enquanto bem servirem, e uma remuneração condigna.

Art 151 - Compete aos Estados e ao Distrito Federal organizar e manter sistemas educativos nos territórios respectivos, respeitadas as diretrizes estabelecidas pela União.

Art 152 - Compete precipuamente ao Conselho Nacional de Educação, organizado na forma da lei, elaborar o plano nacional de educação para ser aprovado pelo Poder Legislativo e sugerir ao Governo as medidas que julgar necessárias para a melhor solução dos problemas educativos bem como a distribuição adequada dos fundos especiais.

Parágrafo único - Os Estados e o Distrito Federal, na forma das leis respectivas e para o exercício da sua competência na matéria, estabelecerão Conselhos de Educação com funções similares às do Conselho Nacional de Educação e departamentos autônomos de administração do ensino.

Art 153 - O ensino religioso será de freqüência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais.

Art 154 - Os estabelecimentos particulares de educação, gratuita primária ou profissional, oficialmente considerados idôneos, serão isentos de qualquer tributo.

Art 155 - É garantida a liberdade de cátedra.

Art 156 - A União e os Municípios aplicarão nunca menos de dez por cento, e os Estados e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento, da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos.

Parágrafo único - Para a realização do ensino nas zonas rurais, a União reservará no mínimo, vinte por cento das cotas destinadas à educação no respectivo orçamento anual.

Art 157 - A União, os Estados e o Distrito Federal reservarão uma parte dos seus patrimônios territoriais para a formação dos respectivos fundos de educação.

§ 1º - As sobras das dotações orçamentárias acrescidas das doações, percentagens sobre o produto de vendas de terras públicas, taxas especiais e outros recursos financeiros,

constituirão, na União, nos Estados e nos Municípios, esses fundos especiais, que serão aplicados exclusivamente em obras educativas, determinadas em lei.

§ 2º - Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas.

Art 158 - É vedada a dispensa do concurso de títulos e provas no provimento dos cargos do magistério oficial, bem como, em qualquer curso, a de provas escolares de habilitação, determinadas em lei ou regulamento.

§ 1º - Podem, todavia, ser contratados, por tempo certo, professores de nomeada, nacionais ou estrangeiros.

§ 2º - Aos professores nomeados por concurso para os institutos oficiais cabem as garantias de vitaliciedade e de inamovibilidade nos cargos, sem prejuízo do disposto no Título VII. Em casos de extinção da cadeira, será o professor aproveitado na regência de outra, em que se mostre habilitado.

Na **Constituição de 1937** surgiria o caráter do ensino profissionalizante e a obrigatoriedade dos sindicatos e indústrias criaram as “escolas de aprendizagem” para filhos de funcionários e sindicalizados. Abaixo o capítulo que trata do mesmo tópico na Constituição de 1934:

### **DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA**

Art 128 - A arte, a ciência e o ensino são livres à iniciativa individual e a de associações ou pessoas coletivas públicas e particulares.

É dever do Estado contribuir, direta e indiretamente, para o estímulo e desenvolvimento de umas e de outro, favorecendo ou fundando instituições artísticas, científicas e de ensino.

Art 129 - A infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.

**O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.(G.N.)**

**É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público. (G.N)**

Art 130 - O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar.

**Art 131 - A educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência.(G.N.)**

Art 132 - O Estado fundará instituições ou dará o seu auxílio e proteção às fundadas por associações civis, tendo umas; e outras por fim organizar para a juventude períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, assim como **promover-lhe a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento, dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação. (G.N.)**

Art 133 - O ensino religioso poderá ser contemplado como matéria do curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias. Não poderá, porém, constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores, nem de freqüência compulsória por parte dos alunos.

Art 134 - Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.

Depreende-se então, que as duas Constituições diante do momento histórico e político que nasceram, tiveram em suas diretrizes – Educação e Cultura - um olhar diferente para uma sociedade de valores diferentes. Mesmo com as contradições gritantes das duas Constituições, para Aguillar, na Carta Magna de 1934, comparada a de 1891, e 1937 o traço elitista e autoritário permaneceria presente nas duas, 34 e 37. Assim, “as leis foram resultantes da composição de fragmentos de diferentes projetos de lei e de diferentes interesses, por vezes contraditórios (...) com uma textura democratizante, mas cheia de retalhos autoritários, classistas e racistas, refletindo a política nacional do período.”<sup>11</sup>

Em Santo André, a idéia de uma educação profissionalizante será implementada com a criação de prédios de arquitetura neocolonial, como o prédio do SENAI criado no ano de 1946:

---

<sup>11</sup> AGUILLAR, Sidney Filho – Educação, autoritarismo e eugenia: exploração do trabalho e violência à infância desamparada no Brasil (1930-1945). Tese de Doutorado, Unicamp, 2011,PP.97.





### **Prédio do Senai – 1946**

**Atualmente o prédio é ocupado por uma escola estadual – Dr. Américo Brasiliense**

Na mesma Constituição de 37, apareceria a disciplina de Educação Moral cuja finalidade seria doutrinar as camadas proletárias, envolvendo-os no “civismo” e no “patriotismo”.

Percebe-se que assim, a diminuição do analfabetismo no Brasil entre as décadas de 1920 e 1950 pautaram-se em virtude do processo de urbanização e industrialização, que se estabelece no país e a forte presença do Estado frente à necessidade desta mão-de-obra que seria utilizada no processo de expansão da indústria. Aguillar, contudo traz a debate que o processo imigratório teve uma queda acentuada de estrangeiros nos anos de 1930, se tomarmos como pressuposto os 30 anos anteriores.<sup>12</sup>

Na tabela abaixo se pode analisar a alteração ocorrida nos indicadores populacionais:

---

<sup>12</sup> Idem, PP. 98

### INDICADORES DEMOGRÁFICOS E ECONÔMICOS E TAXA DE ALFABETIZAÇÃO, 1900/1950

Indicadores	1900	1920	1940	1950
População total	17.438.434	30.635.605	41.236.315	51.944.397
Densidade demográfica	2,06	3,62	4,88	6,14
Renda <i>per capita</i> em dólares	55	90	180	-
% população urbana	10	16	31	36
% de analfabetos (15 anos e mais)	65,3	69,9	56,2	50,0

Fontes: Lourenço Filho, M. B. Redução das taxas de analfabetismo no Brasil entre 1900 e 1960: descrição e análise. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 100, p. 250-272, out./dez. 1965; Fundação IBGE, *Séries Estatísticas Retrospectivas*, 1970.

Outro dado relevante que se deve destacar é o processo de migração campo-cidade e imigração que ocorre neste período, frente às necessidades da inserção desta mão-de-obra nos avanços da escolarização da população do país:

### EVOLUÇÃO DO CRESCIMENTO POPULACIONAL E DA ESCOLARIZAÇÃO; POPULAÇÃO DE 5 A 19 ANOS, 1920/1950

Ano	População de 5 a 19 anos	Matrícula no ensino primário	Matrícula no ens. Médio	Total de matrícula	Taxa de escolarização	Cresc. populacional	Crescimento da matrícula
1920	12.703.077	1.033.421 (*)	109.281 (*)	1.142.281 (*)	8,99	100	100
1940	15.530.819	3.068.269	260.202	3.328.471	21,43	122,26	291,28
1950	18.826.409	4.366.792	477.434	4.924.226	26,15	148,20	430,92

Fontes: Fundação IBGE. *Séries Estatísticas Retrospectivas*, 1970; INEP/MEC; *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, n. 101. Nota: (\*) Dados estimados.

Destaca-se desta maneira, que o avanço educacional ocorrido diante da inserção desta população de migrantes e imigrantes, decorreu da necessidade desta elite industrial nascedoura e sua necessidade de mão-de-obra na construção de um novo quadro econômico no país.

O crescimento do nível de escolarização da população, porém, não parecia ter reflexos na melhoria de uma educação de qualidade, além de não impulsionar o crescimento nos anos de estudo da população.

O projeto de educação dos Pioneiros da Educação do movimento de 32 deixa claro este reflexo, ao denunciarem a precariedade dos prédios escolares, dos anos de estudo que vieram a diminuir e, a falta de estrutura no avanço de uma Educação real, que fornecesse condições ao homem comum, para inseri-lo no mercado de trabalho e ser atuante.

Compreende-se desta maneira que a visão de educação no Governo Vargas visava atender as necessidades estabelecidas ao crescimento econômico, que este articulava em conjunto com a burguesia, e não a uma melhoria qualitativa real na educação da camada popular que, por sua vez, vislumbrava a educação como mecanismo de ascensão social.

Para Capelato a “intelectualidade brasileira, que desde os primórdios da nacionalidade se auto-elegera ‘consciência iluminada da nação’, nos anos 30 foi chamada a direcionar sua atuação no âmbito do Estado, identificado como representação superior da idéia de Nação”. Neste projeto “político pedagógico do Estado Novo destinado a educar as massas, o povo era concebido como potencialmente bom, mas carente de instâncias intermediárias – os intelectuais – para tornar-se autônomo.”<sup>13</sup>

Neste campo de estrutura de poder e anseios diferentes é que nasceria o projeto de mudanças na Educação implantada por Anísio Teixeira e os intelectuais que articularam o movimento de 32, que resultou no Manifesto dos Pioneiros da Educação, mas a iniciativa deste movimento “político-revolucionário” manteve a velha visão conservadora, onde embora a legislação e educadores tentem modernizar a Educação existente, apenas mantiveram os valores das camadas dominantes de onde eram oriundos.

Segundo Capelato, o Estado Novo cria uma ideologia própria cuja maior virtude será apagar o espaço social, despolitizando a sociedade, traçando leis cuja representação terá no tempo a concepção de um sistema de idéias e significados próprio.

Embora, as concepções de Estado e de Educação no período apontem para o continuísmo de um sistema falido e burocrático, devemos analisar que o discurso de intelectuais como Anísio Teixeira e os outros que acreditavam em um ensino laico e formador

---

13 CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: novas Histórias In: *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. Org. Marcos Cezar de Freitas, Ed. Contexto, SP, 2007. PP. 212

de cidadania irá passar por um modelo de nação que buscava uma soberania nacional. Barreira<sup>14</sup> chama a atenção para este discurso político-pedagógico onde se encontra um modelo que busca um ‘mundo moderno’ que tem na “indústria, na ciência e na democracia sua principal base de sustentação, e do qual fazem parte os países capitalistas plenamente desenvolvidos”. A mudança estrutural da economia e o abandono do colonialismo português era condição para criação de um novo modelo social. Anísio Teixeira não viabiliza a entrada da industrialização no país como um novo modelo econômico-social de exploração da mão de obra da população pobre, mas um fomento na melhora da estrutura semicolonial que a nação manteve ao longo dos séculos de colonização.

#### 4 ANÍSIO TEIXEIRA E OS INTELLECTUAIS NA POPULARIZAÇÃO DO ENSINO

Tomando como base a obra de Teixeira – Educação não é Privilégio (1979) observa-se que segundo Teixeira a educação nova deveria ser uma educação pautada na formação do indivíduo, gerando condições ao mesmo de escolhas, sem entender nesta escolha a segregação social seja por este optar pela carreira operária ou executar um serviço que demandasse o uso a produção intelectual. Anísio Teixeira vê a educação brasileira como privilégio social a uma camada elitizada, cuja maior característica é a educação propedêutica e escolástica com o fim em si mesma, concebida numa educação humanística desde sua origem jesuítica no Brasil. Segundo ele, uma educação medieval, mas sem as bases da formação dos grandes mestres deste período.

Face aos avanços das ciências na Europa e nos Estados Unidos após a I Guerra Mundial, Anísio afirma ser a escola brasileira “arcaica” e medieval baseada na reprodução do conhecimento sem fim em si, apenas pela reprodução de uma cultura humanística geral destinada a uma elite que permanece dominante, sobre uma massa inculta e sobrevive de privilégios a custa desta.

Destaca que as escolas secundárias e as universidades são direcionadas a esta elite, enquanto o ensino básico não se direciona a população em geral, deixando uma massa

---

14 BARREIRA, Luiz Carlos. Escola e Formação da mentalidade do desenvolvimento no discurso político-pedagógico de Anísio Teixeira In: Anísio Teixeira, 1900-2000 – Provocações em Educação, SMOLKA, Ana Luiza Bustamante e MENEZES, Maria Cristina (org.). Ed. Autores Associados, SP, 2000, PP.23-35. O autor debate o projeto do discurso político-pedagógico de Anísio Teixeira, onde este configura o atraso da cultura como elemento do processo de continuidade de colonialismo, tanto na América Latina, como na África, onde o processo industrial iria criar condições para alívio deste quadro social.

desqualificada sem condições de inserção no mercado produtivo ou o direito a cidadania. Na sua concepção as escolas de formação para o trabalho são vistas com desprezo, pois a visão do trabalho braçal no país continua vinculada ao trabalho escravo, portanto, considerado menor e desprezível por aqueles que vêem a educação como caminho de ascensão social.

Anísio destaca que o conhecimento oferecido nas escolas brasileiras é fruto de professores mal formados, com uma visão de detentores do saber, produtores de uma educação elitista. O magistério é em si, cheio de vícios e necessita mudanças urgentes nas escolas de formação normal, passando a gerar verdadeiramente, “novos professores” que possam estar comprometidos com a educação no país, capazes de formar o “novo aluno” que a escola nova está pronta a possibilitar.

Os pensadores da Escola Nova compreendiam que:

O maior problema nacional era a educação, pois ela era um meio de segregação social. A educação nova deveria deixar de ser um privilégio determinado pela condição econômica e social do indivíduo, para assumir um “caráter biológico”. A educação deveria então reconhecer que todo o indivíduo teria o direito de ser educado até onde permitia as suas aptidões naturais, independente de razões de ordem econômica e social. Pregavam ainda que a educação fosse uma função essencialmente pública, gratuita e necessitava da co-educação para tornar mais econômica à organização da obra escolar.

Baseado nestes pressupostos é o que o Manifesto dos Pioneiros da Educação (1932) assinados por Fernando de Azevedo, com o apoio de Anísio Teixeira, Roquette Pinto, Mario Casassanta, Cecília Meirelles e vários outros, critica a educação brasileira lançando a base para implantação de uma “nova escola” no Brasil.

O documento não fala das diferenças étnicas e sociais, pois trabalha com a perspectiva de que todos são iguais, diferenciando somente em suas capacidades cognitivas. É a idéia de implantação de uma democracia educacional. Aliam-se a isto as ansiedades do governo populista de Getúlio Vargas, o qual pregava a necessidade de aumentar o número de escolas e de alunos matriculados.

Anísio Teixeira critica a falta de um projeto educacional brasileiro afirmando que a estrutura oferecida não dá a população brasileira, tão necessitada uma educação de qualidade, condições reais para cursar ao menos a Escola básica, privilegiando apenas aqueles que podem pagar o direito a educação. Segundo ele uma elite que se mantém no poder, mas sem capacidade, dominando a custa de outros, que nunca poderão chegar ao ensino básico. Para ele direito de todo cidadão.

“Nossas escolas não são uma coisa nem outra. Arcaica nos seus métodos e ecléticas, se não enciclopédicas, nos currículos, não são de preparo verdadeiramente intelectual, não são práticas, não são técnico-profissionais, nem são de cultura geral, seja lá em que sentido tomar o termo<sup>15</sup>”.

A redução das horas de estudo, a má qualidade estrutural das escolas, a falta de prédios adequados aliados a falta de um projeto público que de condições de qualidade e garantia de gratuidade ao aluno, faz da educação brasileira um objeto de privilégios para uns em detrimento de outros, que ficam alijados do processo educacional e que pereceram ao longo da vida impossibilitando ao país um crescimento econômico e democrático, para Teixeira.

Sua reflexão sobre a escola nos mostra outra escola:

(...) a escola já não poderia ser a escola predominantemente de instrução de antigamente, mas fazia às vezes da casa, da família, da classe social e, por fim, da escola propriamente dita, oferecendo à criança oportunidades completas de vida, compreendendo atividades de estudos, de trabalho, de vida social e de recreação e jogos. Para esta escola precisava-se, assim, de um novo currículo, um novo programa e um novo professor. A escola popular para uma sociedade subdesenvolvida e com acentuada estratificação social, longe de poder ser mais simples, faz-se a mais complexa e a mais difícil das escolas.

“Sejam lá quais forem às dificuldades, esta terá de ser a escola primária com que se resolvem os problemas da rígida estratificação social e dos graves desníveis econômicos da sociedade brasileira e se cria a igualdade de oportunidades, que é a essência do regime democrático<sup>16</sup>.”

Perseguido por suas idéias, tendo em Alceu Amoroso Lima, intelectual católico, forte opositor que se alia a Igreja Católica e aos donos de escolas particulares, Anísio é dado como subversivo e a serviço do comunismo. Seus projetos educacionais duramente combatidos. Relegado pela intelectualidade e a sociedade brasileira que não abraçam as mudanças preconizadas pelo pensamento da Escola Nova, proposta no discurso de Anísio Teixeira, a escola brasileira manteve-se nos moldes criticados por este, alterando-se pouco ou quase nada de sua estrutura.

---

15 RAMOS, Educação não é Privilégio, p. 21

16 Ibidem, p. 129

Devemos diante deste contexto, devemos analisar que o discurso dos intelectuais não debates pontos relevantes, como a cooptação pelo Estado dos intelectuais em processos burocráticos, transformando os em “educadores profissionais” e a subserviência que estes intelectuais irão estabelecer com o Poder. Não pode deixar de ser relevante este aspecto, onde o próprio Teixeira, foi diretor de Instrução Pública do Distrito Federal atuando, portanto administrativamente. Gandini aponta que embora Anísio perpassasse por este espaço, procurava racionalizar e burocratizar a administração da Diretoria da Instrução pública, o fazia sob a ótica weberiana, no sentido da coerência entre os fins da educação popular e pública, como fito de atingi-la “no melhor sentido político-liberal em país ainda fortemente marcado por traços patrimoniais e autoritários”<sup>17</sup>.

#### **4.1 Lourenço Filho: idéias de mensuração analítica aplicada à Educação**

Contemporâneo de Anísio Teixeira, participante do Manifesto de 32, Lourenço Filho pautava-se também por uma educação voltada para o âmbito social. Porém seu trabalho tem como marca as pesquisas realizadas em âmbito mundial alicerçadas na Psicologia e Sociologia.

Optou pelo estudo baseado na Pedologia, fundamentando suas pesquisas no método científico da vanguarda européia relegando o próprio contexto social brasileiro. Para Lourenço Filho, a base do pensamento pedagógico (...) “pode ser apresentado como um sistema de antinomias e antíteses: o biológico e o espiritual, o individual e o social, o ser real e o ser cultural<sup>18</sup>”.

A ação educativa toma assim o caminho ditado pela influência das ciências experimentais, dos estudos de Pavlov, dos dados estatísticos, dos estudos biológicos e das noções de higienização do corpo da pediatria, onde a criança é o alvo em si próprio inserida no meio social. A educação deixa de ser um fim para ser empregada como prática educacional, onde se desenvolvem os meios para alcançar um objetivo – a educação da mente e dos corpos.

---

17 GANDINI, Raquel Pereira Chainho. Anísio Teixeira e a Burocracia (1931-1935). In: Anísio Teixeira, 1900-2000 – Provocações em Educação, SMOLKA, Ana Luiza Bustamante e MENEZES, Maria Cristina (org.). Ed. Autores Associados, SP, 2000, PP. 92-106.

18 Ibidem, p.37

Em sua obra “Introdução ao Estudo da Escola Nova”, Lourenço Filho tece os alicerces para o desenvolvimento de um projeto educacional, que tem como pressuposto os métodos da base científica e da pedagogia experimental. Na sua visão, a escola deveria preparar o indivíduo para a sociedade e o modelo de escola existente no Brasil estava desfocado da realidade econômica que surgia no mundo.

O escolanovismo no Brasil teve como embasamento o discurso da racionalização, com o fim da utilização de métodos científicos no campo educacional, com o uso de recursos científicos. A racionalização do trabalho visando alcançar o melhor rendimento com o uso de pouco tempo e esforço, foi fomentado na prática educacional, levando o modelo taylorista ao segmento escolar.

Este espírito racionalizador utilizado na prática laboral das fábricas estende-se à sociedade, tendo na escola o espaço de socialização onde a família era vista como inadequada na prática educacional. São criadas medidas higiênicas dos corpos e dos espaços físicos e a criança avaliada como um meio em si, sob a ótica da psicologia e da psicopedagogia. Os professores passam a ser formados com a finalidade de utilizar cada vez mais tabelas e meios técnicos de comparação do rendimento e normatização do comportamento idade-série.

A técnica científica devia assim, atingir todos os ramos sociais. O papel do IDORT na introdução e implantação deste processo foi de fundamental importância nesse período.

O conhecimento atrelava-se a funções biológicas, psicológicas e sociais. Para isso o uso de experimentação científica se fazia necessário na obtenção destes objetivos.

Para compreender a mente infantil os professores eram incitados ao uso destas técnicas, pois até então o conhecimento era visto como algo de caráter subjetivo.

Lourenço Filho se destacou nesta aspiração afirmando que, através da prática de testes, o ensino poderia se adequar as fases do aprendizado do aluno e a idade que lhe correspondesse.

Para tanto criou o Teste ABC e com pesquisas realizadas na escola-modelo anexa à Escola Normal de Piracicaba (1925) passou a aferir a maturidade para aprendizagem da leitura e escrita, caracterizando a maturidade educacional a partir de dados estabelecidos. Segundo sua hipótese, os alunos que se mostrassem capazes de identificar grupos de objetos e possuíssem habilidade motora para formar desenhos geométricos, estavam dentro do padrão considerado normal.



O Teste ABC criado por Lourenço Filho foi largamente utilizado nas escolas de São Paulo e do Rio de Janeiro a partir de 1928. Os grupos escolares de São Paulo passaram a aplicação do ABC para mais de 20 mil crianças com resultados no planejamento de 468 classes diferenciadas na prática educativa (Lourenço Filho, 1931). Uso semelhante foi feito no Distrito Federal nas escolas públicas.

O caráter da proposta educacional de Anísio Teixeira difere-se frente à idéia da proposta do uso racional e científico de Lourenço Filho. Embora os dois rompam com o modelo educacional retrógrado existente, Anísio Teixeira vislumbra a educação como condição de libertação social do indivíduo dentro de uma sociedade democrática, enquanto Lourenço Filho parte para conceituações pragmáticas e científicas do modelo racional de educação pautado nos avanços da psicopedagogia e do movimento taylorista.

A concepção educacional de Teixeira foi marcada pela presença do filósofo - educador norte-americano John Dewey, para o qual a educação era instrumento de equilíbrio do homem frente às exigências sociais. Assim como Dewey, Anísio Teixeira concebe a escola como um meio de integrar o homem a sociedade respeitando suas singularidades e aptidões. O ensino deveria respeitar o indivíduo e seu desenvolvimento psicológico. Portanto, percebe-se que mesmo fazendo parte das mudanças propostas para a Educação nacional (escolanovismo) as idéias destes pensadores tinham proposições diferentes.

#### **4.2 Arthur Ramos: corpos limpos e doutrinados**

Com o advento do Estado Novo, uma falsa educação nacionalista, de imposições e restrições, passou a substituir o conceito de liberdade vigiada, condição essencial para o estabelecimento das verdadeiras regras de higiene mental. A Educação humana e compreensiva nos moldes tantas vezes pregadas neste Livro, foi substituída pela pedagogia clássica da disciplina rígida de interdições e coações. O serviço ainda tentou sobreviver a esse período de sombras. Mas uma santa inquisição de bravos censores – embora não formulasse abertamente nenhuma alegação contra o Serviço – não lhe permitiu o funcionamento perfeito numa atmosfera de liberdade que é aquela onde se possa fazer realmente ciência<sup>19</sup>.

A política educacional articulada por Anísio Teixeira teve larga abrangência. Não se resumia a construção de novos prédios. Durante sua gestão buscou ampliar a importância na mudança da formação de professores e, transferir aos educadores a responsabilidade sobre os rumos da educação. Suas metas incluíam a elaboração de novos saberes, diluir barreiras hierárquicas advindas da divisão social e democratizar o ensino. Sua concepção de educação,

---

19 RAMOS, 1949, p. 8.

contudo, criou opositores entre grupos que iam desde católicos a esquerdistas e membros do governo.

A política educacional idealizada uniu, porém muitos que aspiravam mudanças sociais com o fim da República Velha e das antigas oligarquias. Era a modernidade chegando ao Brasil.

Um projeto público de educação num período tão conturbado e despreparado contou, porém, com homens de pensamento à frente da sociedade que estavam inseridos. Entre estes homens, destacou-se Arthur Ramos, o qual Teixeira convidou para assumir o cargo de chefe da primeira clínica de higiene mental do país no Distrito Federal, vinculada ao novo projeto educacional.

Assim Ramos passou a integrar a nova proposta conhecida por Escola Nova, cujas raízes haviam se originado na década de 20 e expandiram-se nas idéias do escolanovismo no decorrer das décadas de 30, 40 e 50.

A sociedade brasileira atravessava grandes mudanças sociais e econômicas. A medicina passou a fazer parte das idéias modernizadoras que varriam o país. A visão de cultivo do corpo através da higiene corporal, do preparo através da “ginástica”, das diferenças entre raças e da degeneração destas, passam a integrar o contexto na busca de melhorias, tanto na saúde como na educação por um país melhor.

Afrânio Peixoto destaca-se como precursor de tais pensamentos. Iguala conceitualmente mulheres, crianças, “selvagens” e criminosos como incapazes e cria julgamentos sobre a miscigenação das relações étnicas como depreciativas. Renomado médico no campo da medicina legal, Peixoto irá se unir as idéias de Teixeira quando assume a direção do Departamento de Educação do Rio de Janeiro.

As mudanças de uma sociedade escravocrata para uma sociedade baseada no trabalho livre geraram condições sociais, que favoreciam a crença na degeneração racial, que poderia ser minimizada sob os cuidados da medicina e da genética. E a forma de combater a deformação do povo brasileiro estava atrelada pelas mudanças educacionais e sociais. Devia-se assim, evitar as relações sexuais precoces, valorizar o corpo pela prática de atividades físicas e combater ao enfraquecimento moral da raça, com o respaldo dos médicos, dos educadores e da ciência.

A educação do povo no conceito de intelectuais da época como Miguel Couto era a saída para melhoria da “nação moderna” que pretendiam ser o Brasil. E para isso nada melhor que o uso da educação com métodos científicos atrelados ao sistema de mensuração da capacidade intelectual, da exatidão das estatísticas e dos gráficos.

Nesse contexto a aproximação entre Afrânio Peixoto, Anísio Teixeira e Arthur Ramos encontrou lastro.

Ramos ao assumir o instituto de higiene mental teve como meta a melhoria da qualidade da raça, mas destacou-se seu interesse pela Educação. No seu livro “A criança Problema” (1949) destaca com assertividade a problemática:

“Desde cedo se verificou que estava na infância o principal campo de ação de higiene mental. Se esta visa à prevenção das doenças mentais e ao ajustamento da personalidade humana, é para a criança que deve voltar suas vistas, pois aí estão os núcleos de caráter da vida adulta. Ajustar a criança ao seu meio é o objetivo básico, o trabalho inicial, a ser continuado depois, no ajustamento do indivíduo aos seus sucessivos círculos de vida<sup>20</sup>”.

A visão de Arthur Ramos era que o meio sociocultural determinava a conduta do indivíduo, que este nascia bom, remetendo ao conceito do “bom selvagem” de Rousseau, e que a sociedade o desestruturava formando seres desajustados. A função da educação seria reconduzir estes indivíduos e o serviço de higiene mental ao meio de apoio das escolas primárias, identificando a “*criança problema*” detectando as causas dos desajustes.

Arthur Ramos via à frente do seu tempo, e nesta obra afirmar que crianças ditas *problemáticas* na verdade eram crianças mal nutridas, desamparadas e desajustadas do convívio familiar. Das muitas crianças examinadas, ele afirmava que poucas realmente tinham problemas patológicos ou físicos que justificassem serem consideradas “problemas”. Pregava a inclusão das ditas “crianças-problemas” como método de sanear questões de desajustes.

“Aqueles escolares que, em virtude de defeitos constitucionais hereditários, ou de causas várias que lhes produzem um desequilíbrio das funções neuropsíquicas, não poderiam ser educados no ambiente da escola comum 21”

---

20 idem, p.20.

21 Id., 1949, p.13

A idéia das clínicas de higiene mental nascidas nos EUA em 1907 tiveram assim no Brasil em 1923 ao serem introduzidas, a função de eliminar do meio social, crianças ditas “desajustadas”, embora Ramos contrapusesse esse uso. Para ele a utilização de testes de Q.I de Binet e Simon tão em voga na década de 30, reduziria a atuação real do professor, submetendo a criança a apenas uma forma de mensuração classificando a criança como “normal” ou “anormal”.

Ramos afirma que:

“O moderno higienista mental nas Escolas deve fugir às classificações rígidas, que visam dar rótulos às crianças desajustadas [...] o seu interesse deve ser para o estudo do psiquismo normal e das influências deformantes do meio social e cultural<sup>22</sup>”.

“Criou-se o conceito de “criança-problema” em substituição ao termo pejorativo e estreito de “criança anormal”, para indicar todos os casos de desajustamento caracterológico e de conduta da criança ao seu lar, à escola e ao currículo escolar. Alguns autores tomam a expressão num sentido largo, englobando no conceito de “problema”, todas as dificuldades infantis – físicas, mentais e sociais. A expressão ficou, porém, para designar mais especialmente os casos de desajustamentos psicossociais que não cheguem aos casos-limites do distúrbio mental constitucional<sup>23</sup>”.

No contexto histórico em que foi fundado o Instituto de Higiene Mental no Brasil a serviço de ideais de melhoria educacional, concebido por Anísio Teixeira, este teve sua função desvirtuada. Foi propício ao uso de uma ideologia preconceituosa e rotulante desmerecendo o trabalho e os avanços propostos por Arthur Ramos, em conceitos tão a frente de seu tempo.

Desta forma, o momento que abrange dos anos 30 aos anos 50 foi admirável tanto para a solidificação do capitalismo em território nacional, com a evolução da indústria, como, além disso, para a abertura essencial de um atual sistema de idéias educativas, que divulgava a autoridade da instituição escolar como caminho de reorganização do modelo social brasileiro. E desta forma intercedendo para tal a indigência na reestruturação da educação, de tal modo que a atualização da economia do mercado internacional subordinada aos países desenvolvidos desencadeou uma ampliação das instituições de ensino e cultural a qual, igualmente como a econômica, tendeu a apresentar-se dentro das abrangências imprescindíveis à anexação da capitalização brasileira ao conjugado da economia capitalística internacional a que se submetia.

---

22 Ibidem, 1949, p.19

23 Idem, p.58

Ponderando-se as indicações mais comuns com referência a nacionalização, com enfoque na economia de mercado, política e valores igualitários, é admissível refletir sua afinidade com o tema do ensino em sua contextualização geral, e mais individualmente no que diz respeito ao conjugado formado por educação e nacionalismo. Através desta acepção, pode-se descrever, em combinação com a maneira de pensar de Xavier<sup>24</sup> que essas décadas tornaram-se favoráveis à reunião da opinião dos colaboradores do sistema educacional, focalizando-se como fundamento a nacionalização.

Analisando por outro ângulo de visão, no conglomerado dos setores da realidade e vivência em sociedade, e também na esfera educativa, as próprias ações possíveis voltadas ao incremento de um plano de reformulação *independente* se tornaram contemporâneos, não obstante de ter existido aumento da necessidade por utilização das instituições de ensino, em razão do crescimento da indústria, e o fato do governo brasileiro apresentar-se movimentado na acepção de requerer transformações e a desenvolvimento do código educativo.

Deve-se salientar a ampla discussão que vinha ocorrendo no território nacional a respeito da questão envolvendo a educação, ainda que na fase anterior aos anos 30, e a qual se adotou, devia-se raramente às reivindicações sólidas voltadas para a realidade de mercado, situações econômicas e igualitárias do momento histórico, sendo que sua conseqüência real, na mais perfeita das conjecturas, foi o desenvolvimento das instituições de ensino, sem ter adquirido a sua coordenação de âmbito interno, que prosseguiu direcionada para o desenvolvimento intelectual do ser humano, refletida em adjacência ao conjunto dos administradores dos educandários<sup>25</sup>.

Deste modo, estes próprios contornos permaneceram contemporâneos, tanto no aperfeiçoamento sugerido por Francisco Campos como na reestruturação estabelecida por Gustavo Capanema. A reforma na educação estabelecida por Francisco Campos envolveu três pontos de vista:

- ✓ o ensino superior;
- ✓ o ensino médio (escolas secundária e técnica);
- ✓ a coordenação da educação brasileira no âmbito das escolas, adotando como embasamento a indigência de se instituir um código brasileiro de ensino.

---

24 XAVIER, 1990, p.15

25 Idem, p. 63-64

Em relação à educação superior, sugeriu a criação de um sistema de universidades, através da instituição do código universitário brasileiro (Decreto nº 19851, de 11 de abril de 1931). Já no ensino secundário (Decretos nº 19890, de 18 de abril de 1931 e nº 21241, de 4 de abril de 1932), a finalidade essencial, nas palavras de Romanelli<sup>26</sup>, era dar organização e direcionamento ao ensino de segundo grau, constituindo categoricamente o currículo por séries, a assiduidade imprescindível como elemento de aprovação do aluno ao final do currículo, divisão em dois ciclos, um fundamental e o outro chamado médio, e a necessidade de capacitação através de certificado neles para o admissão no ensino superior.

Além disso, nivelou todas as escolas em nível de segundo grau oficializadas pelo governo ao Colégio Pedro II, conforme a fiscalização federal e ofereceu igual conveniência aos estabelecimentos privados de ensino que se preparassem, de acordo com a lei instituída, e se submetessem à idêntica verificação. Constituiu regras com a finalidade de aceitação da corporação educadora e seu registro profissional confinante ao Ministério da Educação e Saúde Pública.

Ao mesmo tempo a educação voltada para o comércio, de nível médio, ministrada geralmente por escolas denominadas técnicas reformada através do Decreto nº 20158, de 30 de junho de 1931, foi desmembrada em dois ciclos, estabelecendo-se no segundo ciclo um caráter de conclusão com aquisição de certificados em relação aos cursos de secretariado, contabilidade e administração de vendas, visto que somente os cursos de atuário e técnico em auditoria, igualmente de ciclo secundário, ofereciam acesso ao curso de nível superior de Finanças. O último curso citado, de modo inclusivo, igualmente foi certificado pelo Decreto nº 20158<sup>27</sup>.

Do mesmo modo de que as reformas já mencionadas para a disposição concretizada de um código nacional da educação brasileira foi instituído o Conselho Nacional de Educação (Decreto nº 19850, de 11 de abril de 1931), designado a assistir o Ministério Público na supervisão e no direcionamento do ensino em todo o território nacional<sup>28</sup>.

Além dos já relatados outro acontecimento imprescindível no momento histórico do governo temporário foi a Constituição de 1934. Esta, além de reforçar a idéia de alguns conceitos antes divulgados, como a parecer a respeito do Conselho Nacional de Educação,

---

26 ROMANELLI, 1991, p.135.

27 Ibidem, p. 139.

28 Idem, p. 140

que foi aprovado em seu papel fundamental de esquematizar um projeto a nível nacional da educação para o Brasil, a ser confirmado pelo Poder Legislativo, definiu a união e a coordenação de seus atinentes princípios relativos à educação, emanando poder aos estados federativos para que realizem a inspeção das instituições voltadas à educação de nível superior e de segundo grau.

Com a finalidade de solucionar e dirigir questões como a disposição, aparelhamento e manutenção de suas instituições escolares, o governo dos estados e lideranças municipais necessitariam investir 10,0% de seus tributos, ao mesmo tempo em que para o governo federal competiria a imissão de 20,0% deste próprio gênero de receita tributária.

Com referência aos regulamentos comuns, a Constituição de 1934 afirmava que a ensino era um direito de todo o conjunto de seres humanos que fazem parte da sociedade, independente da religião, credo, raça, etc., assim como seu direito à gratuidade. Constava neste documento constitucional, além disso, a assunto pertinente ao ensino religioso, ao qual foi agregado entre seus princípios o âmbito da liberdade de escolha.

## 5 A INSPEÇÃO ESCOLAR COMO FORMA DE “SUPERVISIONAR”

*(...) missão do inspetor geral “supervisionar”, seja pessoalmente, seja por seus delegados ou por membros do Conselho Diretor, todas as escolas, colégios, casa de educação, estabelecimentos de instrução primária e secundária, públicos e particulares.”*

*Dermeval Saviani, 2006, p.23*

O projeto nacionalista constituído no governo Vargas, tinha como meta assegurar “cidadãos” disciplinados e uma sociedade hegemônica para que o país passasse a modernidade. Para tanto a necessidade de uma educação com base única, onde não houve “estrangeirismos” deveria ser a meta básica, evitando segregações ou idéias de divisão que gerassem diferenças ou a desintegração da nacionalidade brasileira.

Neste contexto o papel dos inspetores escolares foi estrategicamente utilizado para eliminar focos de resistência contrários ao este projeto, principalmente no período de 1937-45. As diretrizes educacionais de uma política pública de inserção social pretendiam práticas pedagógicas voltadas para conteúdos e currículos que reproduzissem uma cultura escolar única.

Para tanto mudanças neste currículo escolar foram postas em prática com o intuito de fazer as transformações necessárias. Noções de civismo, geografia, história, educação física e da língua portuguesa serviram como base na mudança da prática escolar nos variados estados brasileiros<sup>29</sup>. O inspetor escolar deveria na sua prática cotidiana determinar o fim as resistências das escolas e comunidade local a legislação educacional da época e fazer valer as transformações das práticas pedagógicas da nova política educacional.

Os professores deveriam, portanto atender as “recomendações” feitas pelos inspetores escolares que representavam o Departamento de Educação e estimular em seus alunos noções

---

<sup>29</sup> BITTENCOURT op. cit., p.120 analisa a questão curricular do ensino mostrando a introdução de disciplinas cuja finalidade era doutrinar através do estudo o aluno, criando neste, noções de civilismo e cidadania. “Os conteúdos programáticos dirigidos para o estudo da Pátria em todos os seus aspectos, inspiraram-se em Olavo Bilac, ampliando as disciplinas que mais diretamente se vinculavam à formação do ‘brasileiro’.



de civilidade e do uso correto do vernáculo nacional. As “recomendações” feitas em Livros de Termo de Visita apresentavam-se como normas que deveriam ser rigidamente cumpridas mostrando uma educação verticalizada e autoritária no período. Estas recomendações, porém não eram restritas ao professorado e apresentavam-se como caráter de “sugestão” ao diretor e funcionários da escola. O inspetor escolar garantia assim, o cumprimento nas normas estabelecidas pelo governo e um papel de fiscalização quanto ao cumprimento ou não desta política pública.

Verifica-se assim que o papel do inspetor de ensino, não se restringia a burocratização das normas educacionais estabelecidas, mas tinha a função implícita de garantir um projeto político existente. Nascido da organização burocrática, o inspetor escolar no Estado de São Paulo, não irá fugir a regra estabelecida pela política pública de outros estados da nação. Historicamente os inspetores escolares surgiram como categoria dos professores especialistas no campo organizacional com a Reforma Couto Ferraz (1854) e no ensino público no Estado de São Paulo, conforme Tavares<sup>30</sup>, divididos em três períodos:

- ✓ **1892-1897** – Neste período, segundo ele são regulamentadas pela Lei n.88 de 8 de agosto de 1892 a obrigatoriedade do ensino para crianças de 7 a 12 anos e a gestão do ensino público atribuída ao Conselho Superior da Instrução Pública e a Diretoria Geral da Instrução Pública, anexa a Secretaria do Interior. As inspetorias distritais em 1893 passam do número de 30 para 40.
- ✓ **1898-1906** - São extintas as antigas entidades e nasce a Inspeção Geral do Ensino Público, subordinada à Secretaria do Interior, com um inspetor geral e 10 inspetores escolares. Os inspetores passam a administração dos estados sua atuação é promover o ensino básico pelos interiores. A malha ferroviária existente passa a ser largamente utilizada pelos inspetores para atuarem no interior e no litoral, estimulando o processo burocrático e racional do ensino.
- ✓ **1906-1910**- A Inspeção Geral do Ensino passa a utilizar inspetores especializados em práticas curriculares para treinar os professores em métodos de ensino. Mas as visões burocráticas da função dos inspetores escolares se impõem como norma de institucionalização da educação no Estado de SP. burocrática como padrão de excelência.

---

30 TAVARES, Fausto Antonio Ramalho. São Paulo na marcha do ensino: poder, burocracia e sociabilidade no surgimento da escola primária do Estado de São Paulo (1892-1910). Tese de Doutorado, USP, SP, 2004.

## COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1854.

TOMO 17.

PARTE 2.<sup>a</sup>SECÇÃO 12.<sup>a</sup>

DECRETO N.º 1.331 A — de 17 de Fevereiro de 1854.

*Approva o Regulamento para a reforma do ensino primario e secundario do Municipio da Côrte.*

Hei por bem, na conformidade do artigo 1.º do Decreto n.º 630 de 17 de Setembro de 1851, Approvar o Regulamento para a reforma do ensino primario e secundario do Municipio da Côrte, que com este baixa, assignado por Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezeseite de Fevereiro de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.*

*Regulamento da instrucção primaria e secundaria do Municipio da Côrte, a que se refere o Decreto desta data.*

## TITULO I.

## CAPITULO UNICO.

*Da Inspecção dos estabelecimentos publicos e particulares de instrucção primaria e secundaria.*

Art. 1.º A inspecção dos estabelecimentos publicos e particulares de instrucção primaria e secundaria do municipio da Côrte será exercida;

Pelo Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio,

Por hum Inspector Geral,  
Por hum Conselho Director,  
Por Delegados de districto.

## REFERÊNCIA:

BRASIL. Decreto n. 1.331 A de 17 de fevereiro de 1854. Approva o regulamento para a reforma do ensino primário e secundario no Municipio da Côrte. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio>.

**Art. 2.º** O Inspector Geral será nomeado por Decreto Imperial.

Não poderá exercer este cargo o professor ou director de qualquer estabelecimento publico ou particular de instrucção primaria ou secundaria.

**Art. 3.º** Incumbe ao Inspector Geral :

§ 1.º Inspeccionar por si, por seus Delegados e pelos membros que designar d'entre os do Conselho Director, todas as escolas, collegios, casas de educação e estabelecimentos de instrucção primaria e secundaria, assim publicos como particulares.

§ 2.º Presidir aos exames de capacidade para o magisterio e conferir os titulos de approvação, conforme o modelo que for adoptado.

§ 3.º Autorisar a abertura de escolas e estabelecimentos particulares de instrucção, guardadas as disposições deste Regulamento.

§ 4.º Rever os compendios adoptados nas escolas publicas, corrigil-os ou fazel-os corrigir, e substituil-os, quando for necessario.

§ 5.º Coordenar os mappas e informações que os Presidentes das provincias remetterem annualmente ao Governo sobre a instrucção primaria e secundaria, e apresentar hum relatório circumstanciado do progresso comparativo neste ramo entre as diversas provincias e o municipio da Córte, com todos os esclarecimentos que a tal respeito puder ministrar.

§ 6.º Convocar o Conselho Director, presidil-o, e mandar proceder aos exames e informações necessarias para que este possa desempenhar suas funcções com acerto.

§ 7.º Instituir annualmente, em cada parochia, hum exame dos estabelecimentos publicos e particulares de instrucção primaria e secundaria, e enviar ao Governo huma exposição circumstanciado sobre o progresso comparativo destes estabelecimentos.

§ 8.º Organisar o regimento interno das escolas e dos outros estabelecimentos de instrucção publica.

§ 9.º Apresentar ao Governo o orçamento annual da receita e despeza com a instrucção a seu cargo, especificando cada huma das respectivas verbas.

§ 10. Expedir instrucções:

1.º Para os exames dos professores e dos adjuntos.

2.º Para o desempenho das respectivas obrigações, directamente aos Delegados dos districtos e aos professores das aulas, ora avulsas, de instrucção secundaria; por intermedio dos Delegados, aos professores de instrucção primaria; e por intermedio do Reitor do Collegio de Pedro II, aos professores do mesmo Collegio.

( 47 )

3.º Em geral para tudo quanto for concernente á boa execução deste Regulamento.

§ 11. Julgar as infracções disciplinares a que forem impostas as penas de admoestação, reprehensão, ou multa.

§ 12. Propor ao Governo:

1.º Gratificações extraordinarias, e augmento de vencimentos para os professores publicos, nos casos e pelo modo marcado nos Arts. 28 e 31.

2.º Os individuos competentemente habilitados para o magisterio publico, e os que devão ser encarregados da inspecção do ensino.

3.º Os individuos que na fórma do Cap. 2.º do Tit. II. se habilitarem para professores adjuntos.

4.º A criação de escolas primarias ou de mais alguma cadeira no Collegio de Pedro II, quando as circumstancias assim o exigirem.

5.º Os professores que devão ser jubilados na conformidade dos Arts. 29 e 31 deste Regulamento.

6.º Os alumnos que devão ser admittidos gratuitamente como internos, ou meio pensionistas no Collegio de Pedro II, nos casos do Art. 27.

7.º As alterações que a experiencia aconselhar que se devão fazer neste Regulamento.

§ 13. Remetter ao Governo as notas, de que trata o Art. 66 § 5.º

§ 14. Informar sobre as pessoas que devão ser dispensada da prova de capacidade para o magisterio particular, segundo o disposto no Art. 101 § 4.º

§ 15. Publicar com antecedencia o dia, hora, e lugar dos exames, de que falla o Art. 112.

§ 16. Exercer as funcções declaradas nos Arts. 49, 50, 52, e 76 e quaesquer outras mencionadas neste Regulamento, ou que lhe forem marcadas por Lei ou Ordem do Governo.

Art. 4.º O Inspector Geral solicitará do Governo a approvação dos actos de que trata o § 10, n.ºs 2.º e 3.º do Artigo antecedente, sem suspensão de execução.

Nos outros casos mencionados no n.º 1.º do citado § 10, nos n.ºs de 1.º a 5.º e no 7.º do § 12, e no § 14 do mesmo Artigo antecedente; nos §§ 1.º e 2.º do Art. 88; e na segunda parte do Art. 96; será previamente ouvido o Conselho Director.

Nos casos dos §§ 4.º e 8.º do Artigo 3.º, além da audiencia do Conselho, precederá a approvação do Governo.

Sempre que for ouvido o Conselho Director, o seu parecer acompanhará as propostas do Inspector Geral.

Art. 5.º O Inspector Geral terá para o expediente da Repartição a seu cargo hum Secretario nomeado por Decreto Imperial e os empregados, que forem necessarios, nomeados

( 48 )

por portaria do Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio.

O numero e vencimentos de taes empregados serão fixados por Decreto e não poderão ser alterados senão por Lei.

Art. 6.º Ao Secretario compete :

§ 1.º Escrever, registrar e expedir os titulos, diplomas e quaesquer outros papeis que corraõ pela Inspectoria.

§ 2.º Escripturar em livros proprios as ordens de receita e despeza, segundo as instrucções e modelos que lhe forem dados.

§ 3.º Lavrar as actas e deliberações do Conselho Director.

§ 4.º Receber as quantias que forem designadas para as despezas ordinarias do expediente.

§ 5.º Preparar todos os esclarecimentos que devem servir de base aos relatorios do Inspector Geral, à organização dos mappas e aos outros trabalhos da Inspectoria.

Art. 7.º Os Delegados de districto serão nomeados pelo Governo sobre proposta do Inspector Geral, e não poderão exercer o magisterio publico ou particular, primario ou secundario.

Teem a seu cargo :

§ 1.º Inspeccionar, pelo menos huma vez mensalmente, as escolas publicas dos respectivos districtos, procurando saber se nellas se cumprem fielmente os Regulamentos e as ordens superiores, dando conta ao Inspector Geral do que observarem, e propondo-lhe as medidas que julgarem convenientes.

§ 2.º Impedir que se abra alguma escola ou collegio, sem preceder autorisação para este fim.

§ 3.º Visitar, ao menos huma vez em cada trimestre, todos os estabelecimentos particulares deste genero, que tenham sido autorisados, observando se nelles são guardados os preceitos da moral e as regras hygienicas; se o ensino dado não he contrario á Constituição, á moral e ás Leis; e se se cumprem as disposições deste Regulamento.

§ 4.º Receber e transmittir ao Inspector Geral, com informação sua, todas as participações e reclamações dos professores, e com especialidade, de tres em tres mezes, o mappa dos alumnos das diversas casas de educação publicas e particulares, verificando primeiro sua exactidão e ajuntando-lhe as observações e notas, que lhes pareçam necessarias, entre as quaes devem declarar tambem as vezes que tenham sido inspeccionadas as ditas casas.

§ 5.º Preparar, sobre propostas dos professores publicos e enviar ao Inspector Geral, o orçamento annual das despezas das escolas respectivas; bem como remetter-lhe, depois de verificadas, as contas das mesmas despezas, que devem sempre ser assignadas por aquelles professores.

§ 6.º Fazer inventariar os utensis de cada escola publica,

mandando extrahir duas copias do inventario, huma para ser transmittida ao Inspector Geral, e a outra para ficar em seu poder, sendo ambas assignadas pelo professor, que será responsavel pela conservação dos referidos utensis dentro do prazo que for marcado em huma tabella especial.

Art. 8.º O Conselho Director será composto :

Do Inspector Geral, que servirá de presidente,

Do Reitor do Collegio de Pedro II,

De dois professores publicos e hum particular de instrucção primaria ou secundaria, que se houverem distinguido no exercicio do magisterio, e forem pelo Governo designados no fim de cada anno,

E de mais dois membros nomeados annualmente tambem pelo Governo.

Art. 9.º O Governo designará hum substituto para os impedimentos de qualquer destes dois ultimos membros, assim como os professores que devão em caso igual substituir aos que forem membros do Conselho.

No impedimento do Reitor do Collegio de Pedro II, servirá o Vice-Reitor.

Estas substituições somente terão lugar ou quando o impedimento for de mais de quinze dias, ou quando não for possível reunir a maioria dos membros do Conselho, ou finalmente quando as decisões dependerem do numero completo dos ditos membros.

Art. 10. O Inspector Geral será substituido por quem o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio designar, quando o impedimento exceder de quinze dias. Não passando deste prazo servirá em seu lugar o membro mais antigo do Conselho, guardada a disposição da 2.ª parte do art. 2.º

Art. 11. O Conselho Director tomará parte em todos os negocios em que a sua intervenção he exigida por este Regulamento.

Terá especialmente a seu cuidado :

1.º O exame dos melhores methodos e systemas praticos de ensino.

2.º A designação e revisão dos compendios na fórma do Art. 4.º

3.º A creação de novas cadeiras.

4.º O systema e materia dos exames.

Em geral será ouvido sobre todos os assumptos litterarios que interessem a instrucção primaria e secundaria, cujos melhoramentos e progresso deverá promover e fiscalisar, auxiliando o Inspector Geral.

Julgará as infracções disciplinares, a que esteja imposta pena maior que as de admoestação, reprehensão ou multa, quer dos professores publicos primarios e secundarios, quer

dos professores e directores das escolas, aulas e collegios particulares.

## TITULO II.

### *Da Instrucção publica primaria.*

#### CAPITULO I.

#### *Condições para o magisterio publico; nomeação, demissão e vantagens dos professores.*

Art. 12. Só podem exercer o magisterio publico os cidadãos brasileiros que provarem:

- 1.º Maioridade legal.
- 2.º Moralidade.
- 3.º Capacidade profissional.

Art. 13. A maioridade legal prova-se perante o Inspector Geral por certidão ou justificação de idade.

Art. 14. A prova da moralidade será dada perante o mesmo Inspector, apresentando o candidato:

- 1.º Folhas corridas nos lugares onde haja residido nos tres annos mais proximos á data do seu requerimento:
- 2.º Attestações dos respectivos parochos.

Não póde ser nomeado professor publico o individuo que tiver soffrido pena de galés ou accusação judicial de furto, roubo, estellionato, banca rota, rapto, incesto e adulterio, ou de outro qualquer crime que offenda a moral publica ou a Religião do Estado.

Art. 15. Quando a accusação judicial, de que trata a segunda parte do Artigo antecedente, teulia sido arguida de calumniosa pelo candidato e não haja provocado condemnação judicial, poderá elle ser admittido ás outras provas, se assim o decidir o Conselho Director.

No caso de divergencia entre o voto deste Conselho e o do Inspector Geral, suspender-se-ha qualquer deliberação até decisão do Governo.

Da deliberação do Conselho, que for contraria ao candidato poderá este recorrer para o Governo no prazo de dez dias. O mesmo direito compete, no caso de decisão favoravel, a qualquer membro do Conselho, cujo voto tiver sido vencido.

Art. 16. As professoras devem exhibir, de mais, se forem casadas, a certidão do seu casamento; se viuvias, a do obito de seus maridos; e se viverem separadas destes, a publica fórmula da sentença que julgou a separação, para se avaliar o motivo que a originou.

As solteiras só poderão exercer o magisterio publico tendo

continua

A partir de 1920 iniciam-se as mudanças no campo da Educação na Europa e nos EUA com um claro reflexo da visão pedagógica da Escola Nova. Entre 1930 e 1950 as marcas destas mudanças se aprofundaram na sociedade brasileira como se expôs anteriormente.

Percebe-se que o papel dos inspetores escolares, foi preponderante para a institucionalização do ensino no país, quando em seu surgimento em âmbito federal e posteriormente quando se olha detidamente o Estado de São Paulo. O comprometimento da função atinha-se a aspectos geográficos – uso da malha ferroviária, tão largamente utilizada e a função política do cargo. A função dos inspetores escolares também tinha o sentido de homogeneizar uma educação pública, evitando que as áreas mais afastadas do Estado deixassem de atender ao poder centrado na Capital do Estado, tendo na Inspeção seu órgão de administração central e centralizador.

A penetração da ideologia nacionalista no cotidiano escolar é verificada nos textos elaborados pelos inspetores escolares, que executaram um papel fiscalizador, verificando o atendimento das orientações legais do Departamento de Educação quanto à gestão, à docência e às práticas pedagógicas nas unidades escolares. O relato dos termos de visita continha a identificação da escola e a descrição da classificação e qualificação do professor. A seguir, no item matrícula, era registrada a quantidade de alunos por turma. A frequência mostrava os percentuais do dia da visita, contabilizando os faltantes. Seguia uma descrição das salas de aula, de seu mobiliário e do material didático em uso pelo professor e seus alunos. A escrituração se referia ao “correto e atualizado” preenchimento de documentos como os livros de chamada, de matrícula e de registro de exames.

Quanto à aprendizagem, observa-se que a mesma era indiretamente avaliada através do item aproveitamento, em que o inspetor, muitas vezes mediante a aplicação de alguma testagem por ele mesmo elaborada, verificava as habilidades de leitura e de uso linguagem oral, a assimilação de conteúdos de Educação Moral e Cívica, de Aritmética, Língua Portuguesa, História e Geografia. O relatório de visita finalizava com a “impressão geral” e as “recomendações”. Portanto, a inspeção escolar era dedicada à avaliação de questões de infraestrutura, de gestão escolar e didático-pedagógicas. A visita dos inspetores escolares às escolas das comunidades rurais ou mesmo dos bairros como a que se considera aqui deixaram registros que descortinavam a ótica governamental, uma vez que assimilavam as orientações do Departamento de Educação, a serviço da nacionalização.



Diante do exposto, tomando por base os livros de matrículas encontrados no acervo da escola estudada no período de 1935/39, observa-se que os registros eram elaborados de próprio punho pelo inspetor escolar que acompanhava a escola, seus registros eram feitos em conformidade com gênero, origem paterna dos alunos, a atividade trabalhadora exercida pelos pais, origem de moradia, bairro de onde provinham. Além disso, a distribuição de vagas ficava também a critério deste quando de suas visitas e conforme a idade do aluno. Das professoras eram examinados os cadernos, aulas eram assistidas e alunos sabatinados. Diante disso as orientações eram dadas para serem seguidas a risca. Abaixo imagem do Livro Termo de Visita utilizado nesta pesquisa, assinado pelo Inspetor Escolar Théophilo Carvalho, datado de 1939, quando da abertura deste:

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE PÚBLICA

Livro de *termos de visitas*

TERMO DE ABERTURA

*Contém este livro 50 folhas e assina-se ao fim  
supra indicado para D. \_\_\_\_\_,*

*ANDRÉ*

*\_\_\_\_\_, 20 de maio de 1957*

*Georgios S. Cavallo*

*Director*

Destas visitas depreende as tabelas que seguem, tendo em vista a análise do acervo:

**TABELA 1A - Livro Misto de Matrículas - 1935 a 1939**

País de Origem	Alunos	País	Ano Nascimento Alunos	Quantidade
Brasil	226	120	1922	2
Itália	03	64	1923	6
Portugal	02	33	1924	13
França		01	1925	33
Espanha		10	1926	35
Ítalo brasileiro		01	1927	39
Alemão		02	1928	30
			1929	33
			1930	24
			1931	12
			1932	4

**Fonte:** adaptado do Livro de Matrículas – 1935-39

**TABELA 1B – Livro Misto de Matrículas – 1935 a 1939**

Profissão dos Pais	Quantidade
Doméstica	1
Professor	1
Fazendeiro	1
Mecânico	2
Ferrovário	2
Ferreiro	2
Func.Público	2
Fiscal	2
Carroceiro	3
Chacareiro	3
Pirotécnico	4
Pedreiro	5
Servente de Pedreiro	5
Proprietário de Chácara	18
Motorista	18
Operário	21
Lavrador	24
Canteiro	52
Oleiro	65

**Fonte:** adaptado do Livro de Matrículas – 1935-39

A tabela 1 A e 1B com a amostragem de 231 alunos (1º ano e 2º ano) apresenta 97,84% de origem brasileira, neste quadro 51,95% destes são filhos de brasileiros, 27,71% os pais são italianos, 14,29% portugueses e 4,33% espanhóis. Demonstra também que em termos de funções trabalhadoras tem-se: 7,8% donos de propriedades, que se deve entender como chácaras na região, 7,8% na função de motoristas, 9% de operários, 10,39% de lavradores, 22,51% trabalhadores denominados de canteiro (cortadores de pedra) e 28,14% de oleiros (a região estava em construção, e havia muito solo de massapé que era utilizado para fazer tijolos, aproveitados na construção de casas e outras obras). Mesmo com um percentual baixo em relação a outros trabalhadores, os operários eram uma fonte de influência no bairro, e o movimento sindicalista era claro, com ações na região e a sede de movimento socialista mantinha-se no bairro em um imóvel situado a atual Avenida da Paz. O grande percentual de trabalhadores concentrava-se nas atividades de oleiro, cortadores de pedra, operários fabris, lavradores, motoristas e donos de chácaras. O menor percentual das atividades estava entre profissões como fazendeiro, professor e doméstica, o que demonstra um universo heterogêneo entre as camadas sociais dos alunos. O percentual de alunos retidos ao longo dos anos (35-39) é 12,12% e 12,55% de transferidos.

**TABELA 2A - Livro de Matrículas no Ensino Primário – 1938**

Nacionalidade alunos	Qtidade	Ano Nascimento Alunos	Qtidade
Brasil	44	1925	2
Itália	01	1926	2
		1927	3
		1928	5
		1929	7
		1930	18
		1931	8

**Fonte:** elaborada a partir do Livro Misto de Matrículas - 1938 - Total de Alunos – 45

TABELA 2A - Livro de Matrículas no Ensino Primário – 1938

Nacionalidade dos Pais	Qtidade	Profissão dos Pais	Qtidade
Alemão	1	Ferreiro	1
Austríaco	2	Serrador	1
Português	5	Comerciante	1
Italiano	10	Sapateiro	1
Brasileiro	19	Costureira	1
Espanhol	7	Calceteiro	1
Iugoslavo	1	Verdureira	1
		Lavrador	2
		Carregador	2
		Mecânico	5
		Pintor	5
		Pedreiro	6
		Operário	15
		Motorista	2

Fonte: elaborada a partir do Livro Misto de Matrículas - 1938 - Total de Alunos – 45

A tabela 2 A e 2B tem na amostragem matrículas mistas, ou seja, alunos de séries diferenciadas, (3º ano e 4º ano) contando com 45 alunos. Percebe-se que 40,66% são filhos de brasileiros, 13,19% são espanhóis e 17,78% são descendentes de italianos e portugueses. Os filhos (alunos) são na maioria de nacionalidade brasileira (98%). Os pais nesta tabela confirmam se na maioria operários, 48,35%, numa clara demonstração da mudança de funções dos pais destes alunos. A escola foi reformada em 1936, deixando de ser de madeira para ser de alvenaria. Deste universo de 91 alunos, 30 ficaram retidos, portanto um percentual de 66,66%. Observa-se que a quantidade de retenção aumentou consideravelmente em relação ao quadro anterior (1 A e 1B), podemos depreender que em virtude do universo social do aluno ser de menor poder aquisitivo e educacional por parte dos pais, as dificuldades de aprendizagem e adaptação a escola se apresentaram, já que os alunos não vinham de um fluxo contínuo de aprendizagem.





TABELA 4 B- Livro de Matrículas Mista no Ensino Primário

Nacionalidade dos Pais	Qtidade	Profissão dos Pais	Qtidade
Alemão	5	Carroceiro	1
Brasileiro	37	Marceneiro	1
Espanhol	12	Tintureiro	1
Húngaro	1	Fundidor	1
Italiano	18	Penhorista	2
Português	18	Fulminantista	2
		Guarda Noturno	2
		Oleiro	3
		Ferroviário	3
		Veterinário	3
		Foguista	3
		Comerciante	4
		Carpinteiro	4
		Pintor	4
		Motorista	5
		Pedreiro	9
		Operário	44

**Fonte:** elaborada a partir do Livro Misto de Matrículas - 1937  
Total de Alunos – 91

A tabela 4 A e B apresenta percentuais consideráveis de mão de obra operariada, num universo de 91 alunos temos 48% que são filhos de operários, deixando uma margem bem menor para outras atividades laborais, como pedreiros cuja margem gira em torno de 10%. O bairro gradualmente vai tornando-se fabril, com o aumento desta atividade conforme demonstra a tabela acima. Deste percentual de alunos matriculados, 11 destes ficaram retidos, ou como registrado no livro de matrícula, “conservados”, assim, 12,08% dos alunos neste ano (1937) frequentes de 1º e 2º ano foram retidos.



TABELA 5 A - Livro de Matriculas Mista no Ensino Primário – 1937

Nacionalidade alunos	Quantidade	Ano Nascimento Alunos	Quantidade
Brasil	102	1923	1
Portugal	01	1924	3
Itália	01	1925	8
		1926	4
		1927	16
		1928	8
		1929	29
		1930	21
		1931	4
		1932	5
		1933	-----
		1934	3
		1935	1
		1936	1

Fonte: elaborada a partir do Livro Misto de Matriculas - 1937  
**Total de Alunos – 104**

TABELA 5 B - Livro de Matrículas Mista no Ensino Primário – 1937

Nacionalidade dos Pais	Qtidade	Profissão dos Pais	Qtidade
Alemão	7	Leiteiro	1
Austríaco	4	Alfaiate	1
Brasileiro	42	Ferrovário	1
Espanhol	13	Pintor	1
Italiano	20	Guarda Noturno	1
Português	17	Doméstica	1
Húngaro	1	Hoteleiro	1
		Motorista	1
		Jardineiro	2
		Engraxate	2
		Comerciante	2
		Pedreiro	3
		Vidraceiro	3
		Escriturário	3
		Mecânico	3
		Oleiro	4
		Lavrador	5
		Carpinteiro	6
		Operário	63

Fonte: elaborada a partir do Livro Misto de Matrículas - 1937

Total de Alunos – 104

A tabela 5 A e B acima apresenta um aumento do grupo de operários, 60,6%, enquanto temos 3,9% de oleiros, 4,8% de lavradores, 5,8% de carpinteiro. Notam-se dentro deste contexto as alterações sofridas na clientela de alunos que passaram a ocupar a unidade escolar. O bairro até então ocupado por chácaras, pequenos comerciantes e oficinas de carpintaria ou olarias, inicia um novo ciclo, com a entrada de fábricas na região.

Baseado na análise das tabelas acima, percebe-se que o ano de 1937 apresentava o maior percentual de alunos cuja função dos pais era operária. Este percentual irá oscilar nos anos seguintes e a região com a construção da ferrovia e das fábricas no entorno da escola, terá uma projeção maior de alunos cujos pais serão operários. A unidade escolar teve como características estas oscilações de alunados ao longo de sua existência, nos anos que se

seguiram a transformação da economia do bairro e da cidade, repercutiu também na mudança da clientela da unidade escolar.

Ressaltamos também que havia uma lista de espera por matrículas elaborada pelo próprio inspetor escolar, e quando o aluno era oficialmente matriculado, ele riscava o nome da criança da lista, em lápis vermelho, escrevendo ao lado - matriculada. O livro de matrícula constava também a origem residencial dos alunos. Em 1937, especificamente no mês de setembro, o inspetor Carlos Borba, registra grande número de alunos como residentes no próprio bairro de Utinga, mas em julho de 1938, observamos alunos oriundos da cidade de São Caetano do Sul, posteriormente em outubro do mesmo ano, o Inspetor Escolar deixa de fazer tais anotações.

Em 1935, o inspetor escolar Fernando Paes, anota nos livros de matrícula, tanto misto como masculino o nome da escola, “Escola Mixta de Sant’Ana”, (nome pelo qual a EE João de Barros respondia a época), o local de onde provinha os alunos matriculados, teremos então: “Bairro de Sant’Ana, Bairro da Colônia, Quarta Divisão, Bairro de Santa Luzia, Fazenda Stamato, Bairro do Pilar, Bairro do Roncon, Ribeirão Pires, Bairro do Barro Branco”. Depreende-se assim, que os alunos originalmente desta escola, eram de outras localidades que não o bairro, sendo muitos destes alunos de locais distantes o que dificultaria com certeza o percurso diariamente, assim sendo devem ter gradualmente mudado de residência, passando a residir no bairro de Utinga, e os pais trabalhadores da região. Tal fato demonstra que a ocupação paulatina da região, deu-se em função do bairro oferecer espaço de trabalho as famílias, o que determinou a ocupação habitacional em mutirão, e a necessidade do aumento da escola, com nova construção em 1936.

Outro dado a ser salientado é que até 1936 o inspetor escolar registrava a religião professada pelo aluno, geralmente dita como Católica, após este período deixou de fazê-lo, o que deixa a entrever, que a mescla populacional, deve ter gerado outras formas de profissão de fé, criando um universo que embora se mantivesse Católico, com os festejos tradicionais da região prezava, outrossim, por valores de outro cunho religioso.

No tocante aos termos de visita pesquisados notamos a presença de inspetores escolares, que mediam e avaliava o conhecimento dos alunos, aferição esta, regular com a

presença dos alunos escolhidos a ser sabatinado, averiguado seu conhecimento tanto em álgebra quanto nas letras vernáculas do país<sup>31</sup>.

Escrever corretamente a língua portuguesa era um pressuposto da correta alfabetização em virtude dos pais dos alunos serem imigrantes e na suas moradias falarem correntemente a língua de seus países de origem. O inspetor escolar tinha então o papel de verificar, medir e aferir estes e outros conhecimentos. O dia da propalada visita do inspetor era vista como um momento de receio, resquício que se guarda até hoje entre os escolares e a direção escolar. O aluno ou aluna era escolhido em meio ao seu grupo, levado em separado, sabatinado, analisada sua grafia e posteriormente dado o parecer sobre o trabalho que a professora tinha desenvolvido e mesmo da direção. Em cima desta avaliação mantinha-se a professora no cargo ou não, retribuía-se com aumento salarial ou não.

Portanto, a visita do inspetor escolar era temida e sua avaliação mais ainda. O peso da avaliação de um trabalho desenvolvido recaía sempre sobre aquele determinado aluno escolhido. Ao recolher relatos de uma das alunas da época, a mesma confessou que temia tanto esta situação que ao acabar a visita da inspetoria ficava adoentada.

Dentre os relatos dos inspetores que visitaram a escola percebe-se que as mudanças de direção afetaram a avaliação do rendimento da escola. Quanto também à idéia de melhora e valoração do conhecimento, quanto da estética do físico, da distribuição espacial dos alunos e alunas. Em alguns trechos percebe-se claramente a política educacional varguista, na busca de uma língua portuguesa nacionalizadora, da postura crítica dos corpos e no empenho em manter a disciplina escolar como meio de educar, modelos primados pela visão de Lourenço Filho - educa-se o corpo e, portanto também a alma.

Os inspetores escolares cumpriram sua função social nacionalizadora, mesmo sem perceber, ao implantar uma política educacional de forma a premiar alunos, professores e diretores no Estado de São Paulo que demonstrassem o “saber” que a educação nacionalizadora desejava ver no Brasil, em detrenimento daquele que não se considerava como a língua “cultura” ou o saber direcionado.

A Vila Metalúrgica, especialmente o Grupo Escolar de Utinga, como se chamava anteriormente a escola que iria ser nomeada Grupo Escolar João de Barros Pinto, em

---

31 BITTENCOURT comenta em sua obra *Pátria, Civilização e Trabalho* a p. 69 o caráter fiscalizador dos inspetores de ensino federais, onde o papel destes era avaliar os alunos com questões, observar rigorosamente se os professores cumpriam o programa com o intuito da realização de provas e arquições de cunho oficial que eram aplicadas aos alunos, a finalidade destas avaliações meritórias era para observar apenas a capacidade de preparação dos alunos sem nenhum cunho metodológico.

homenagem póstuma o seu último diretor na década de 50 estava inserida neste bairro proletariado, onde o viés político era forte, formado por imigrantes comunistas, que traziam em seu conhecimento uma visão diferenciada do que a política varguista pretendia implantar no país, conforme já foi mencionado anteriormente. Era de fundamental importância no período nacionalista, o papel da inspeção escolar para garantir a concepção de “cidadãos” formados no aspecto estrutural, do Estado Novo, nos padrões do despotismo implantado.

Assim em seus termos de visitas os inspetores observam o número de alunos e alunas matriculados, a quantidade de certidões de nascimento a ser registrada, a ausência dos funcionários, inclusive do diretor, se a higiene da escola estava dentro dos moldes esperados e se as aulas transcorriam a contento. O termo de inspeção em 30 de abril de 1942 relata segundo o parecer do Inspetor Escolar Luthero Lopes da Silva:

2º período. Visitado nesta data em regular serviço de inspeção. Funciona regularmente observando-se ordem, asseio, disciplina e aproveitamento. Trabalhos gráficos executados com asseio, capricho e segura orientação; material conservado, prédio em rigoroso estado de asseio e ordem; horário da Delegacia de Ensino, observado, escrituração escolar em dia e ordem. O estabelecimento vem sendo hábil e superiormente dirigido pelo prof. Ernesto de Lima, auxiliado por um corpo de professores digno dos melhores elogios. Matriculados 398 (217 + 181). Presentes 389 (216 + 173).

Em outro relato, outro inspetor escolar, observa:

Estive em visita a este estabelecimento nos dias 15 e 17 do corrente. Percorri as classes do 1º período, em companhia do Sr. Diretor prof. João de Barros Pinto, removido do G.E. da Pompéia, em Santos. Palestrei com as senhoras professoras indagando do andamento do ensino e trarei de vários assuntos de natureza administrativa. Funcionavam no estabelecimento, que é um prédio adaptado, sem nenhum conforto, 15 classes, distribuídas em três períodos, com matrículas de 598 alunos, o que dá uma média de quase 3 classes de 2 ano, 3 de 3 ano e 3 de 4 ano. Com a instalação de mais 5 classes novas este ano, pode o estabelecimento receber 200 crianças que teriam ficado sem matrícula. Ficaram ainda 60 crianças, em idade escolar que não obtiveram lugar, mas apenas de menor idade, que poderão aguardar a matrícula do próximo ano. (...) O saldo da caixa escolar, em fevereiro último, foi de 5 centavos. Utinga, 17 de março de 1944.

Deve-se observar que diante de outra visita o inspetor escolar ressalta a necessidade do ensino da aritmética com problemas reais, evitando oferecer as crianças

Problemas obtusos, irrealis e capciosos ou desprovidos de todo o interesse. O raciocínio, gerado deve ser recomendável e oportuno, deve ser feito pelo próprio aluno e não pelo professor, que não deve tomar a iniciativa e explicar o problema senão quando nenhum aluno o fizer. (...) Dei a Sra. Diretora instruções e sugestões para o ‘Registro de Lições’ das diversas classes. Utinga, 05 de Julho de 1945

Os registros dos termos de visita dos inspetores que visitaram a unidade escolar na fase analisada denotam a necessidade da implantação de um currículo comum as escolas, além do estímulo a uma educação homogênea, a criança terá o papel de transmissor do conhecimento da língua portuguesa para a família, cujo núcleo familiar é em grande parte imigrante. O educacional nacionalizador irá ter nos inspetores escolares o elemento fomentador deste plano:

Os diversos discursos relativos ao projeto educacional de homogeneização cultural fundamentaram-se na questão nacional. Era em nome da Nação, ou da constituição de uma 'nova Nação' que educadores e autoridades políticas realizaram um projeto educacional voltado especialmente para o que denominaram de 'educação popular' (...)<sup>32</sup>.

A elaboração da nacionalidade passava assim, pelo espaço da escola, este elemento primordial na construção desta cidadania, sendo o professor o sujeito que criava condições para tal tendo no inspetor escolar a visão de “inspecionar” se a função do docente está sendo corretamente desenvolvida. A uniformização do saber tanto quanto os programas disciplinares tinham, portanto o caráter de nacionalização, atendendo aos interesses do Estado Nacional e da classe dominante.

---

32 BITTENCOURT, Circe Maria F. – Pátria, Civilização e Trabalho, Edições Loyola, SP, p.25

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da leitura e da análise dos Termos de Visitas dos inspetores escolares da EE João de Barros, denominada anteriormente Escola Mixta d' Sant'Ana, atualmente designada EMEF João de Barros Pinto, no período analisado (1930/45) se pode entender que a política educacional do governo Vargas prezava pela idéia de uma nacionalização, tanto no campo econômico como educacional, com o intuito de criar condições para o processo industrial, tendo como alicerce a burguesia brasileira e mão de obra estrangeira. Este capital humano estrangeiro deveria ser nacionalizado para estruturar a indústria e o processo urbano crescente no país.

Em face do exposto podemos afirmar os inspetores escolares desempenharam seu papel de agentes deste processo nacionalizador, ao normatizar as condutas escolares ditando condutas na implantação de uma política educacional, na consolidação de um currículo comum às escolas brasileiras. Para tanto a direção da escola assim como professores, foram sistematicamente acompanhados na rotina do trato a educação escolar, evitando desvio no padrão do aprendizado ou na conduta do alunado.

Criar estas condições de ensino era estritamente necessário, devendo assim os inspetores escolares fazerem uso da sabatina dos alunos, assistirem as aulas dos docentes, verificarem o aprendizado através de provas oficiais comprovando rendimento dos alunos e cumprirem a escrituração oficial utilizando os termos de visita, atestando desde a porcentagem de freqüência dos alunos, a presença do diretor na unidade escolar ou dos docentes, suas práticas didáticas e condições de higiene até a própria adequação do prédio. Fiscalizar e corrigir o aprendizado e o cumprimento das normas como um verdadeiro “inspetor” da produção final do processo era o papel destes agentes da Secretaria da Educação e Saúde Pública com maior ênfase na política nacionalizadora do governo Vargas.

Percebemos que embora a visão de educação dos escolanovistas divergisse internamente, buscava, entretanto um aprendizado diferente deste processo, que foi implantado na educação paulista e brasileira ao longo do governo Vargas. As mudanças socioeconômicas geradas e a necessidade da “melhoria” da mão de obra brasileira estimularam a entrada de grande parcela de imigrantes, que conforme enfocamos tinham origens diversas. Porém, a cultura deste povo era difícil de ser suplantada e o vínculo primordial estabeleceu-se entre a escola, freqüentada por seus filhos e o universo familiar.

Incitar laços de patriotismo e nacionalismo no processo educacional, criar uma imagem de uma raça nascedoura branca e cordata foi o principal enfoque da educação no governo Vargas.

Assim o papel do inspetor escolar enquanto agente do Estado foi de fundamental importância nesta política educacional a ser criada. Da mesma forma que hoje, o Supervisor de Ensino, tem como viés “orientar” a implantação de políticas educacionais nas escolas que supervisiona sendo agente do Estado, observamos que o papel de “inspetor” dos Inspectores Escolares perpetuou-se neste processo educacional ao longo dos anos, dificultando a forma de atuação destes nas inter-relações pessoais com gestores e comunidade escolar.

Podemos afirmar que a contribuição primordial deste trabalho foi focalizar na direção de uma visão mais ampla do papel dos agentes escolares, especialmente os Inspectores Escolares, no período de 1930/45, num universo urbano e a construção de um projeto político nacionalizador onde sua atuação foi preponderante para tal. O estudo que tomou como base uma unidade escolar atípica, pelo fato de atender a uma clientela específica – filhos de operários oriundos de outros países na construção de um processo de cidadania - demonstrou o papel determinante destes agentes: os inspetores escolares na formação educacional e nos valores criados destes trabalhadores que passaram a integrar a nação brasileira.

Salientamos que para atingir o objeto central de estudo, os Inspectores Escolares - o processo de resgate da memória da Escola foi preeminente, só podendo ser descortinada através da manutenção do acervo que a mesma tão bem guardou, escondido como algo a se encolher dos vivos, no chamado Arquivo Morto. É triste ver a memória perecer, sem luz! Entendemos que a memória não é para ser escondida, arquivada e empoeirada, ela nos faz o que somos, e a Escola não é um momento de passagem, ela é acima de tudo elemento formador de personalidades, principalmente daqueles que direta ou indiretamente a adentraram, mas devendo ser olhada com cuidado, cuidado este como aquele que manipula porcelana fina, porém com o olhar atento, de quem a manuseia e o fim que se destina seu uso.



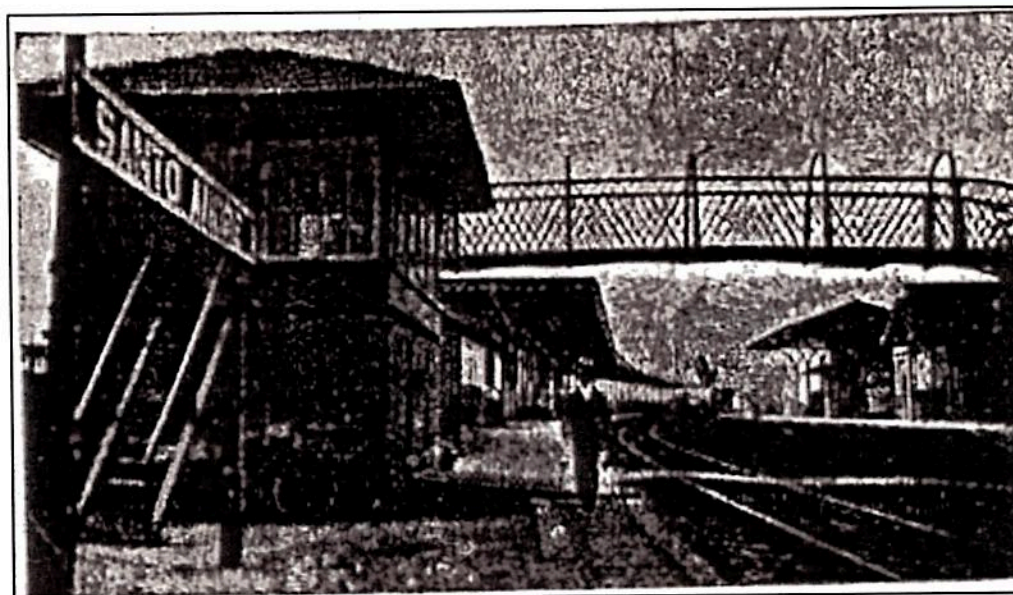
## 7 REFERÊNCIAS

1. AGUILLAR, Sidney Filho. Educação, autoritarismo e eugenia: exploração do trabalho e violência à infância desamparada no Brasil (1930-1945). **Tese de Doutorado**. Unicamp, Campinas/SP, 2011.
2. ARAGÃO, Ediógenes. Raça, nação, classe e a educação para o trabalho: a marginalização do trabalhador nacional livre na primeira industrialização em São Paulo (1880-1920). **Proposições**, v.14, n. 2 (41) – maio/ago, 2003.
3. Arquitetura de ferro no Grande ABC: história e ferrovia. **Revista Raízes**, Santo André, dez. 2004.
4. BITTENCOURT, Circe. **Pátria, Civilização e Trabalho** – O ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939). São Paulo: Loyola, SP, 1990.
5. BORGES, Vavy Pacheco. Anos Trinta e Política: história e historiografia In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Histografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, SP, 2007.
6. CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: Novas histórias In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Histografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, SP, 2007..
7. DOSSE, François. **História e Ciências Sociais**. São Paulo: Edusc, 2004.
9. FILHO, Lourenço. **Introdução ao Estudo da Escola Nova**. Obras Completas de Lourenço Filho. Vol. II. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
10. HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos - O breve século XX – 1914-1991**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
11. LOURENÇO FILHO, M. B. **Testes ABC**. Para a verificação da maturidade necessária da leitura e da escrita. Brasília, INEP, 2008.
12. MARCILIO, Maria Luiza. **História da Escola em São Paulo e no Brasil**. Instituto Braudel, São Paulo: Imprensa Oficial, 2005.
13. MÉDICI, Ademir. **Migração, Urbanismo, Cidadania: A história de Santo André contada por seus personagens**. **Projeto Viva Cidade**, Santo André, 1998.

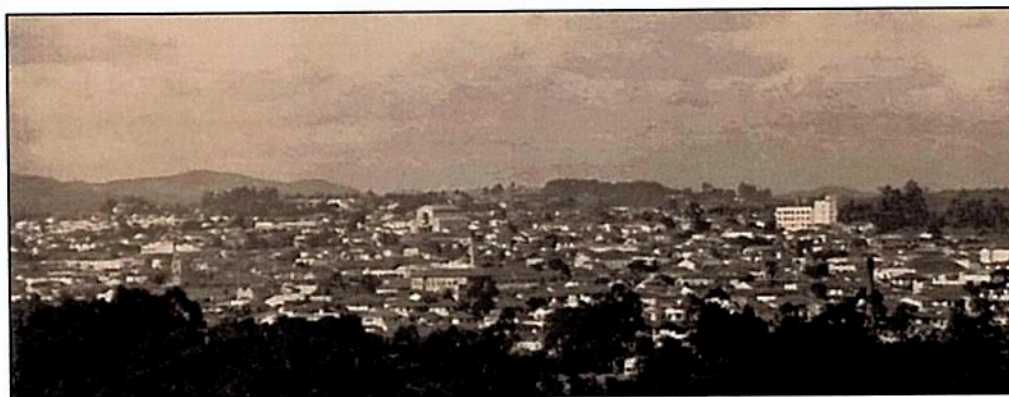
14. OLIVEIRA, Lúcia Lippi et al. **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Col. Política e Sociedade. São Paulo: Zahar, 1982
15. RAMOS, Arthur. **A criança problema**: a higiene mental na escola primária. São Paulo: Ed. Casa do Estudante Brasileiro, 1949.
16. ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
17. SANTOS, Ademir Valdir dos e FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **A inspeção escolar e a nacionalização no Estado Novo**: políticas e práticas pedagógicas nas escolas primárias. Disponível em: <[www.sbhe.org.br](http://www.sbhe.org.br)> Acesso em 20 jul. 2011.
18. SAVIANI, Dermeval. **O espaço acadêmico da pedagogia no Brasil**: perspectiva histórica. Disponível em: <[www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/trabalhos/GT02-5528--Int.pdf](http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/trabalhos/GT02-5528--Int.pdf)> Acesso em 20 jul 2011.
19. SCHWARTZMAN, Simon (org.). **O pensamento nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”**. Biblioteca do Pensamento Político Republicano. Ed. UnB, vol.6, 1981.
20. SILVA, Tomaz Tadeu da e MOREIRA, Antonio Flávio (orgs.). **Currículo, Cultura e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2005.
21. SMOLKA, Ana Luiza e MENEZES, Maria Cristina (orgs.). **Anísio Teixeira – 1900-2000**. Provocações em Educação. São Paulo: Ed. Autores Associados, 2000.
22. TAVARES, Fausto Antonio Ramalho. São Paulo na Marcha do Ensino. Poder, burocracia e sociabilidades no surgimento da escola primária do Estado de São Paulo: 1892-1910. **Tese de Doutorado**. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
23. TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. Atualidades pedagógicas. 4.ed., vol. 130. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.
24. TRAGTENBERG, Maurício. **Burocracia e Ideologia**. São Paulo: Unesp, 2006.
25. \_\_\_\_\_ **Sobre educação, política e sindicalismo**. São Paulo: Unesp, 2004.
26. \_\_\_\_\_ **Administração, poder e ideologia**. São Paulo: Unesp, 2004.

**Documentação:**

1. Livro de Matriculas da EE João de Barros Pinto - 1935 / 1939
2. Livro de Matriculas da EE João de Barros Pinto -1937
3. Livro de Matriculas da EE João de Barros Pinto -1938
4. Livro de Matriculas da EE João de Barros Pinto -1938 feminino
5. Livro de Matriculas da EE João de Barros Pinto -1939
6. Livro Caixa de Pensões – 1935/50
7. Livro de Termo de Visitas da EE João de Barros Pinto – 1939/1966
8. Imagens da Cidade de Santo André. Disponível em <<http://fotosantigas.multiply.com>> Museu de Santo André. Acesso em 20 jul. 2011.

**ANEXOS:****Imagens da Cidade de Santo André -1930/45**

1950 – Estação de trem de Santo André



1940- Vista Parcial de Santo André



1937 - Teatro Carlos Gomes



1930 - Casa Cimieri – grande comércio da época



1945 - Vista panorâmica da região em desenvolvimento



Farmácia Martins na Rua Oliveira Lima - 1931



1930 - Padaria e Confeitaria Progresso



1940 - Olaria de Francesco Guelfo Dalla.

A fábrica de tijolos e telhados foi uma atividade de importância até a década de 40 na região.



1950 - Bar Camilópolis

Fachada do Bar Camilópolis, na rua Sud Menucci: leiteria, sorveteria, mercearia e depósito de pão.





**Foto em moldura da EE João de Barros de Pinto**



Atualmente a EE João de Barros Pinto, passou a integrar a rede municipal de ensino de Santo André.

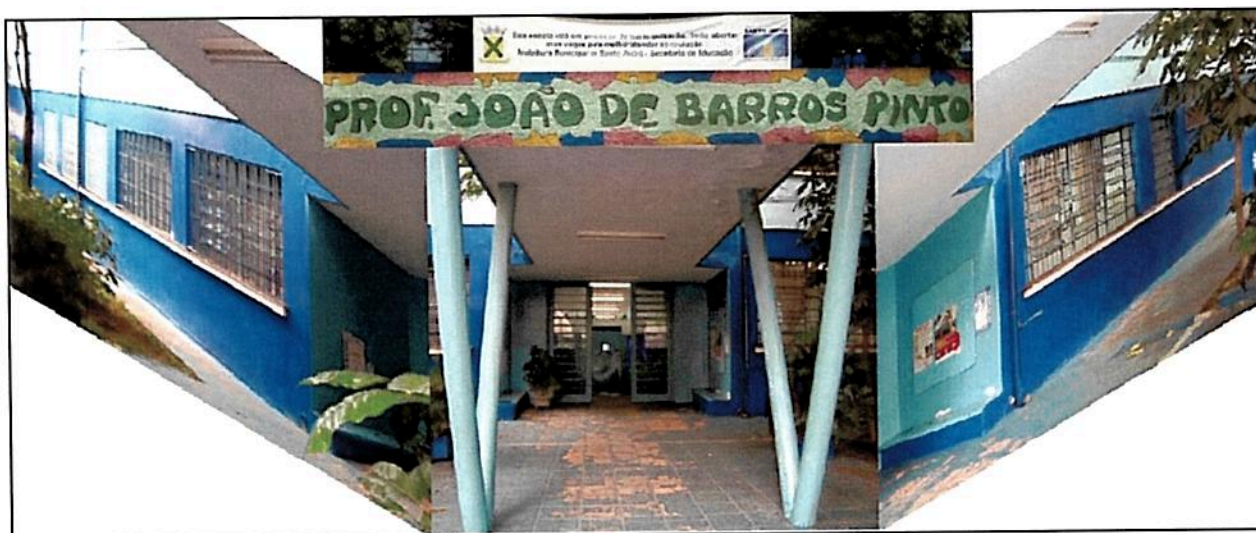
O professor João de Barros Pinto, patrono desta Unidade Escolar, nasceu no dia 03 de fevereiro de 1900, no Município de Cachoeira, no Estado de São Paulo.

Fez o curso primário no Grupo Escolar de Cachoeira – SP e o ginásial no Ginásio “São Joaquim”, no Município de Lorena – SP.

Formou-se como normalista em 30 de novembro de 1921, pela Escola Normal de Guaratinguetá, no Município de Guaratinguetá – SP.

Durante vinte e cinco anos, exerceu o magistério iniciando sua carreira como substituto efetivo do Grupo Escolar de Cachoeira, escola onde estudou. Anos depois passou a ser professor primário nos Municípios de Santa Barbara do Rio Pardo - SP, Palmital - SP e Ilha Bela no Estado de São Paulo. Exerceu, também, o cargo de Professor na Escola de Comércio, anexa ao Ginásio de Santo André, no Município de Santo André, no Estado de São Paulo. Foi Diretor do Grupo Escolar de Pedreira, na Capital paulista e do Grupo Escolar de Guarulhos, no Município de Guarulhos/SP e do 2º Grupo Escolar de Santo André, atualmente homenageado com seu nome. Faleceu aos trinta e seis anos, deixando três filhas e um grande amor pela Educação.

### Fachada da EE João de Barros de Pinto



#### Identificação da Unidade Escolar

EMEIEF “PROFESSOR JOÃO DE BARROS PINTO”

ENDEREÇO: Rua Londres nº 444 Vila Metalúrgica - Bairro Utinga

Cidade de Santo André – SP CEP: 09220-320

## **Histórico Oficial da Unidade Escolar**

### **Criação e Denominação**

ATO DE CRIAÇÃO: Decreto, de 17/11/38, publicado D.O.E. 18/11/38.

FUNDAÇÃO: 25 de Novembro de 1938, prédio alugado na Avenida da Paz nº 446, Bairro Utinga, Santo André – SP.

DENOMINAÇÃO: Decreto nº 18.187, publicado D.O.E. 13/07/48, foi alterada a denominação de Grupo Escolar de Utinga para Grupo Escolar Professor João de Barros Pinto.

MUDANÇA DE PRÉDIO: 05 de Fevereiro de 1957, mudança para prédio na esquina da Rua Londres com a Rua Berlin, no Bairro Utinga, prédio construído pela Prefeitura Municipal de Santo André e cedido ao Governo do Estado de São Paulo.

MUDANÇA DE DENOMINAÇÃO: Resolução SE nº 24, de 28/01/1976, publicado em D.O.E. de 29/01/1976, de Grupo Escolar “Prof. João de Barros Pinto”, para Escola Estadual de Primeiro Grau “Prof. João de Barros Pinto”

REORGANIZAÇÃO: Decreto SEE nº 40.510 e Resolução SE 265, de 04/12/1995, de que dispõe sobre as diretrizes para a reorganização das escolas da rede pública estadual, tendo esta escola se tornada exclusiva no atendimento das séries iniciais do 1º Grau.

TRANSFORMAÇÃO DE E.E.P.G. em E.E.: partir de 24/11/1999, Decreto nº 44.44/1999, publicado no D.O.E. 24/11/1999, passa a utilizar a nomenclatura EE “Prof. João de Barros Pinto”, considerando a reorganização da rede estadual de ensino, a municipalização do ensino fundamental e a necessidade de adequar a tipologia da rede de ensino à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL: Resolução SE Nº 89, de 09/12/2005, implementado em 2006, prolongando a permanência do aluno na escola em dois turnos, com 9 (nove) horas de trabalho diário.

**MUNICIPALIZAÇÃO:** Resoluções de 02/02/2010, homologado pelo Secretário de Estado da Educação, publicado no D.O.E. de 03/02/2010.

### **Homologando**

Com fundamento no artigo 9º da Lei 10.403, de 6 de julho de 1971, o Parecer CEE 14/2010, que aprova, o Termo de Convênio a ser celebrado entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, e a Prefeitura Municipal de Santo André, objetivando assegurar a continuidade da implantação e do desenvolvimento do Programa de Ação de Parceria Educacional Estado - Município para Atendimento ao Ensino Fundamental, nos termos do Decreto nº 51.673/07.

Fonte: Diário Oficial do Estado, Poder Executivo, Seção I, pp.18 – 03/02/2010

A Unidade Escolar está organizada em tempo integral e oferece as séries iniciais, do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental como segue:

- 1º Ciclo – Inicial
- 1º Ciclo – Intermediário
- 1º Ciclo – Final
- 2º Ciclo – Inicial
- 2º Ciclo – Final

### **- Quadro de Organização das Modalidades Atendidas**

<b>Período / Ano / Série</b>	<b>Quantidade de turmas</b>	<b>Total de alunos</b>
<b>Manhã</b>		
1º. Ano (06 anos)	01	30
2º. Ano (07 anos)	02	52
3º. Ano (08 anos)	02	61
4º. Ano (09 anos) / 3ª. Série	02	57
5º. Ano (10 anos) / 4ª. Série	03	83
<b>Total Geral</b>	<b>10</b>	<b>283</b>

<b>Tarde (Integral) 33</b>		
Turma (06, 07 e 08 anos)	02	60
Turma (08, 09 e 10 anos)	02	60
<b>Total Geral</b>		<b>120</b>

33 O principal critério para a formação das turmas é a faixa etária.